



PROJETO DE LEI Nº 021/2019

De 23 de abril de 2019.

“Autoriza a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 108.100,00 para o fim que especifica.”

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no presente exercício financeiro, no valor de R\$ 108.100,00 (cento e oito mil e cem reais) para projeto de videomonitoramento.

Art. 2º Servirá de cobertura para o crédito especial no artigo anterior os recursos constantes na seguinte dotação orçamentária:

Orgão	10 – Sec. Obras, Mobilidade e Trânsito
Unidade	1 – Sec. Obras, Mobilidade e Trânsito
Função	6 – Segurança Pública
Subfunção	452 – Serviços Urbanos
Programa	100 – Controle Fisc. e Segurança
Proj./Ativ.	1 - Projeto
Destino/Ação	100 – Vigilância e Monitoramento
Natureza Despesa	44905200
Fonte de Recurso	1 - Livre

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CÂMARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2

Gabinete do Prefeito Municipal de General Câmara, em 23 de abril de 2019.

Atenciosamente,

HELTON HOLZ BARRETO
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CÂMARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 021/2019
De 23 de abril de 2019.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminho para apreciação de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei nº 21/2019, que visa a autorização para a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 108.100,00 para o fim que especifica.

O objeto deste Projeto de Lei é a proposta de reordenar o orçamento a partir da abertura de crédito especial, para a realização do Projeto Cidade Monitorada, garantindo a aquisição do material e o serviço de instalação, conforme anexo, devido fonte proveniente de Recurso Livres.

Contando com a compreensão de vossas excelências, solicitando a apreciação e posterior aprovação da matéria, oportunidade em que renovamos nossos protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

HELTON HOLZ BARRETO
Prefeito Municipal



EXMO(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE
GENERAL CÂMARA – RS

Processo: 099/1.07.0000325-1

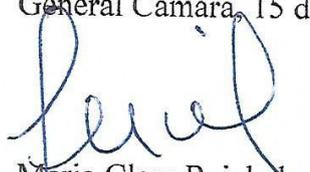
MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de V. Ex^a., pela procuradora firmatária, requerer a juntada da documentação anexa que melhor esclarece os Projetos enviados pelo ente ao Ministério Público.

Considerando a prioridade do Projeto de Videomonitoramento – cujos detalhes encontram-se no memorando anexo – e com deferimento de sua realização, a aquisição do material e da mão-de-obra será feita através de processo licitatório nos termos da Lei 8666/93, modalidade Pregão nos termos da Lei 10.520/2002.

Desta forma, após a análise pelo órgão ministerial e por este Juízo, pugna-se pelo deferimento da realização do projeto que será feito com o acompanhamento e a devida prestação de contas nestes autos.

Pede deferimento.

General Câmara, 15 de março de 2019.


Maria Clara Reichel
OAB/RS 37788





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CÂMARA

1
1330
/

Memorando 022/2019

General Câmara, 11 de março de 2019.

De: Secretaria de Planejamento,
Para: Procuradoria Jurídica

Assunto: resposta do Ministério Público do RS – Promotoria de Justiça de General Câmara

Prezada,

Sirvo-me do presente, para prestar maiores esclarecimentos sobre os Projetos enviados ao Ministério Público em 14/01/2019, sendo eles: Projeto de Videomonitoramento e Projeto de Iluminação e Revitalização da Praça Ângelo Heitor Cetraro, ambos em General Câmara – RS.

A Administração Municipal, tendo em vista o limitante financeiro, definiu que o Projeto de Videomonitoramento tem prioridade sobre o outro, por tratar da contribuição para a segurança na Cidade.

Sofremos hoje uma crescente onda de violência que afeta as cidades menores e consideradas de “interior”. Afim de poder melhor monitorar os atos nocivos a segurança pública na área urbana as câmeras são apresentadas como uma alternativa ao baixo efetivo da polícia e a ausência de guarda municipal.

Todas as câmeras indicadas, bem como a sua funcionalidade, foram acrescentadas ao Projeto. Assim como, a localização e o nome da rua.

A aquisição tanto do material quanto dos serviços de instalação estão devidamente descritos, com a importância de R\$ 10.800,00 para mão de obra e R\$ 97.300,00 para investimento em equipamentos. Em um curto espaço de tempo não há manutenção prevista para esses equipamentos.

A Cidade Monitorada é um projeto implantado em vários municípios gaúchos e brasileiros e baseado no exemplo de sucesso deles estamos propondo a utilização desse sistema para colaborar com a segurança pública na nossa Cidade.

Como justificativa da proposição encaminho um trabalho de conclusão de curso elaborado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado: “Cidade Monitorada: controle social e processo de implementação de câmeras de moninotamento em Farroupilha –



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CÂMARA

2 1332

RS (2005 - 2008)", de autoria de Rafael Dal Santo, que muito bem posiciona o assunto na sua pesquisa. O mesmo pode ser utilizado em menor escala em General Câmara, visto que possuímos inúmeros problemas de desordem social que merecem a atenção por parte do poder público.

O trabalho de pesquisa mostra claramente todos os benefícios que o município espera prover com a implantação do videomonitoramento, a partir da iniciativa da Administração e com o apoio do Ministério Público.

Na expectativa de ter reduzido as dúvidas e esclarecido melhor alguns pontos, me coloco a disposição para quaisquer informações necessárias sobre o Projeto e a iniciativa. Dessa forma, envio votos de estima e consideração e aguardo aprovação para a liberação do investimento em nosso Município por parte do Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Justiça de General Câmara.


Carla Mueller
Diretora de Planejamento

1132
f

**PROJETO DE VIDEOMONITORAMENTO
EM GENERAL CÂMARA
Revisão 2 – 11/03/2019**



**Helton Holz Barreto
Prefeito Municipal**

**José Geraldo Diefenthaeler Dias
Vice Prefeito Municipal**

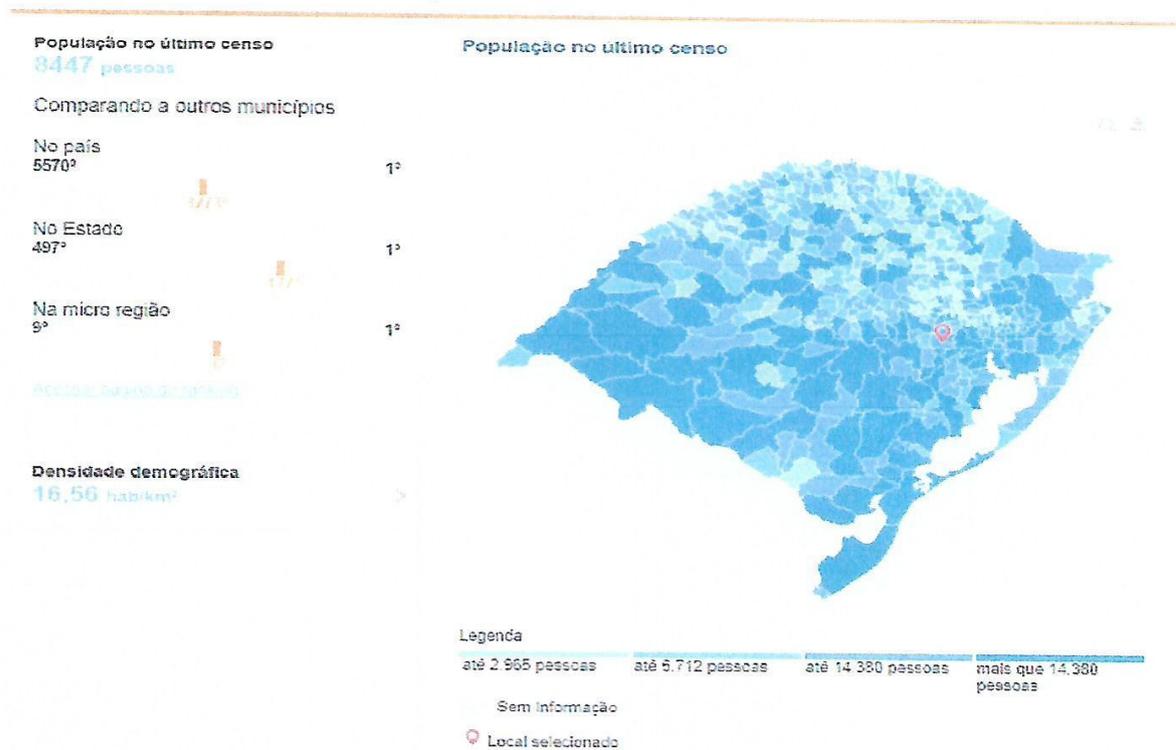
**Elaborado por
Carla Mueller
Secretaria de Planejamento, Habitação e
Desenvolvimento Econômico**



INTRODUÇÃO E OBJETIVOS DO PROJETO

General Câmara é uma cidade localizada na região Carbonífera do Rio Grande do Sul e possui aproximadamente 8.447 habitantes conforme (IBGE, 2010), a cidade tem crescentes situações que preocupam a Administração Pública Municipal. O Município já teve ocorrências de assaltos a bancos, depredação do patrimônio público, entre outros episódios desagradáveis e que exigem providências quanto à segurança pública.

População



Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/general-camara/panorama>, acesso em 14 de janeiro de 2019.

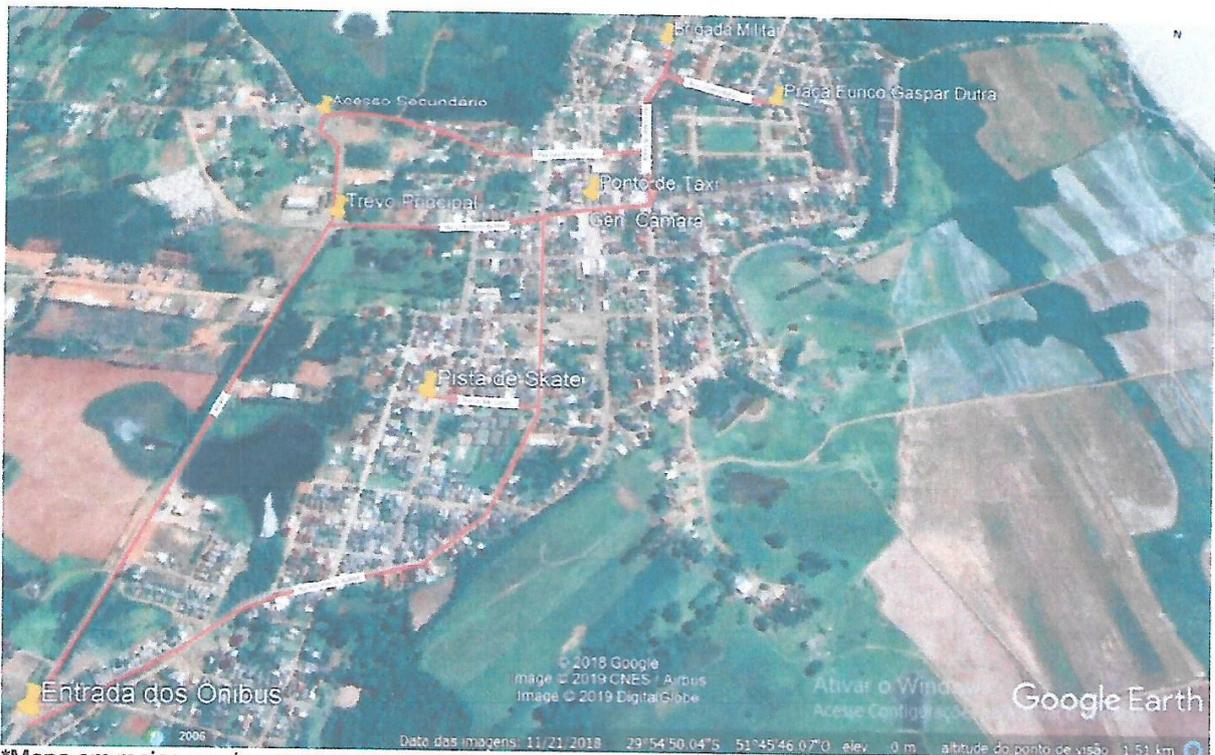
A fim de colaborar com a Brigada Militar, visto que o Município não possui Guarda Municipal e nem vigias em espaços públicos, o videomonitoramento é uma alternativa encontrada e que pode contribuir para a segurança desses espaços públicos com a ajuda da tecnologia hoje disponível. Os recursos humanos da polícia, bem como, do Estado para investimentos nessa área são limitados e a Prefeitura, através da Administração Municipal 2017-2020, entende que o videomonitoramento é uma alternativa viável nesse momento.



11304

PROJETO BASE DE CIRCUITO FECHADO DE TEVÊ - CFTV URBANO

Proposta de projeto de CFTV para monitoramento urbano nos principais pontos de acesso da cidade de General Câmara, com instalação de câmeras profissionais, sistema IP, com transmissão de imagens por sistema via radio, central de monitoramento das imagens, conforme figura abaixo.



*Mapa em maior escala em anexo.



Pontos para monitoramento:

1. Entrada dos ônibus - Visconde do Itaboray – ERS 401;



Imagem ilustrativa

Estrutura para o sistema no local, 1 câmera varifocal, (câmera com lente ajustável e infravermelho para 60m) sistema de radio, (dispositivo para enviar imagens para a base) serviço.

R\$ 9.200,00

2. Entrada principal – Trevo Principal;

Ginásio Municipal de Esportes Tancredo



RS-401



Imagem ilustrativa

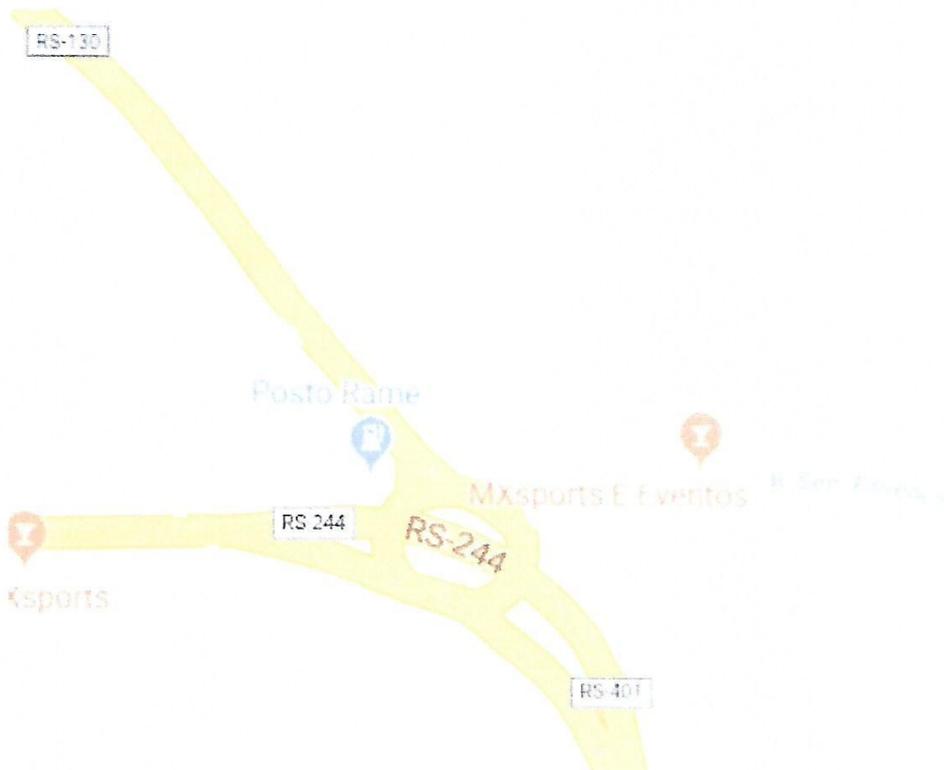
Estrutura para o sistema no local, 3 câmera varifocal, 1 câmera lpr (leitura de placas) sistema de radio, (dispositivo para enviar imagens para a base) serviço.

R\$ 32.600,00



JCSB

3. Entrada secundária - Posto combustível – ERS 130;



Estrutura para o sistema no local, 2 câmara varifocal, (câmera com lente ajustável e infravermelho para 60m) sistema de radio, (dispositivo para enviar imagens para a base) serviço.

R\$ 12.800,00



113

4. Ponto de taxi / rodoviária – vista para instituições bancárias e comércio;

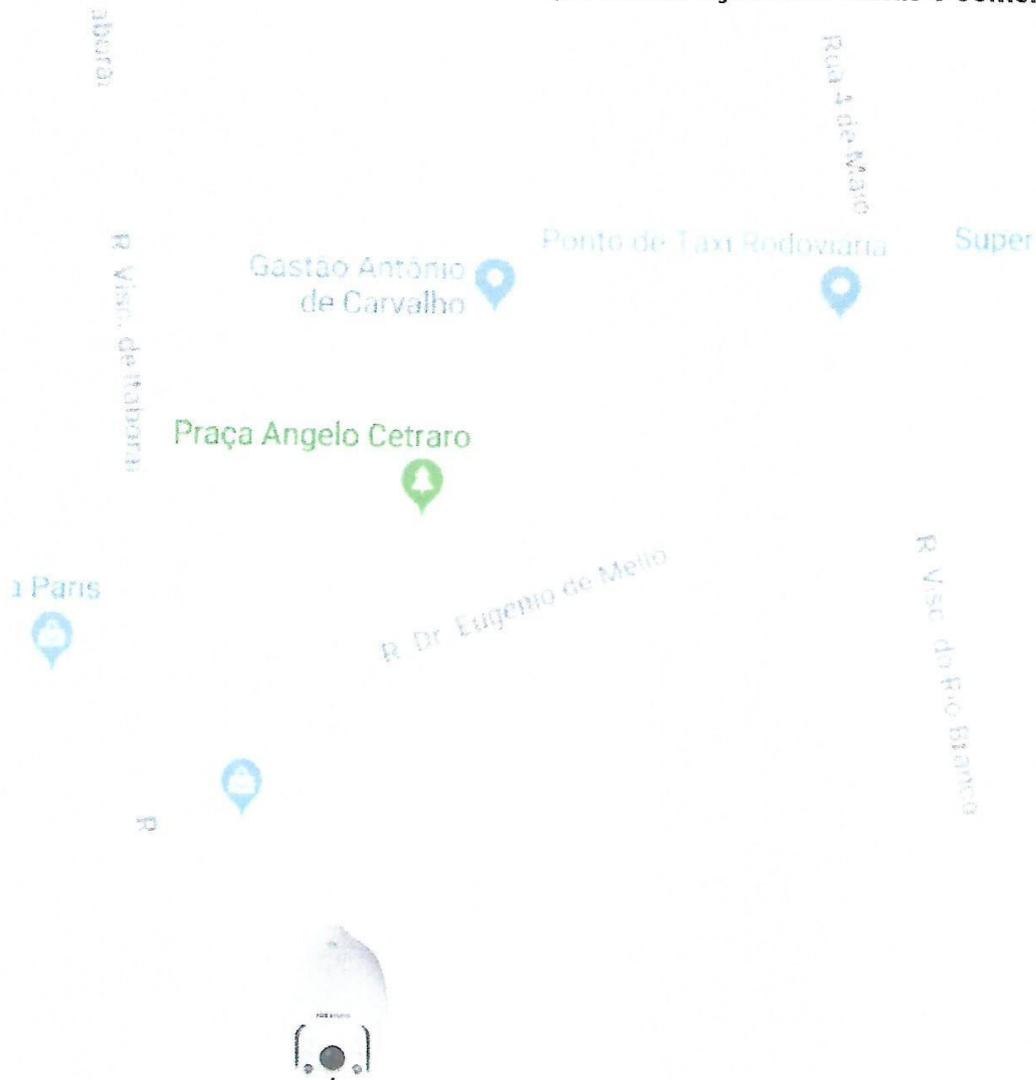


Imagem ilustrativa

Estrutura para o sistema no local, 1 câmera speed dome, (câmera giratória 360°, com zoom e infravermelho para 150m) sistema de radio, (dispositivo para enviar imagens para a base) serviço.

R\$ 14.900,00



5. Praça central – Eurico Gaspar Dutra;

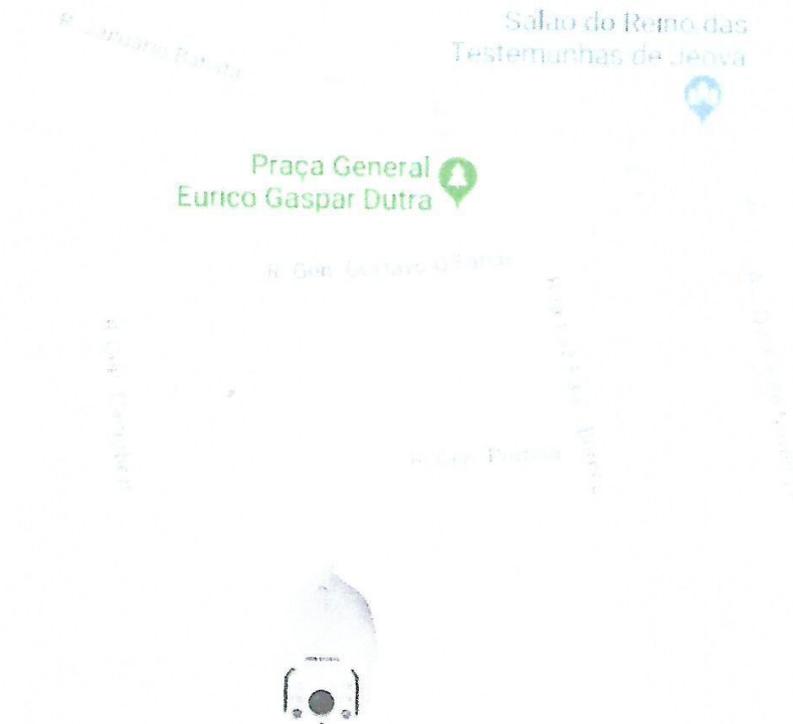


Imagem ilustrativa

Estrutura para o sistema no local, 1 câmera speed dome, (câmera giratória 360°, com zoom e infravermelho para 150m) sistema de radio, (dispositivo para enviar imagens para a base) serviço.

R\$ 14.900,00



6. Praça pista de skate – Praça Rene Boeckel Velloso Filho

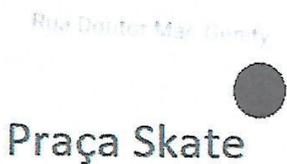


Imagem ilustrativa

Estrutura para o sistema no local, 1 câmera speed dome, (câmera giratória 360°, com zoom e infravermelho para 150m) sistema de radio, (dispositivo para enviar imagens para a base) serviço.

R\$ 14.900,00



1390
[Signature]

7. Base de monitoramento – Brigada Militar.



Imagem ilustrativa

Estrutura para o sistema no local, 1 câmera, sistema de radio, (dispositivo para receber as imagens das câmeras), NVR (dispositivo de gerenciamento do sistema), sistema de gravação,(onde fica armazenado as imagens), sistema de imagem,(TV para visualizar as imagens), serviço.

R\$ 8.800,00

Valor base dos serviços: R\$ 10.800,00.

OBS: Os valores desta proposta podem sofrer variações, pois os materiais tem como base a cotação do dólar, estes valores tem validade de trinta dias.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CÂMARA

9
3343
df

Resumo:

Local	Tipo	Número	Preço
Entrada 1 – ERS 401	Câmera varifocal	01	R\$ 9.200,00
Entrada 2 – trevo	Câmera varifocal	02	R\$ 18.400,00
	Câmera varifocal lê placas	01	R\$ 14.200,00
Entrada 3 – ERS 130	Câmera varifocal	02	R\$ 12.800,00
Ponto Táxi – Rodoviária	Câmera speed dome	01	R\$ 14.9000
Praça Eurico Gaspar Dutra	Câmera speed dome	01	R\$ 14.9000
Praça Pista de Skate	Câmera speed dome	01	R\$ 14.9000
Base de Monitoramento	Câmera NVR	01	R\$ 8.800,00
Total estimado			R\$ 108.100,00



Mapa de Localização para Pontos de Monitoramento

442

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Cidade monitorada: controle social e o processo de implementação de câmeras de
monitoramento em Farroupilha-RS (2005-2008)**

RAFAEL DAL SANTO

Porto Alegre, dezembro de 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO**

**Cidade monitorada: controle social e o processo de implementação de câmeras de
monitoramento em Farroupilha-RS (2005-2008)**

RAFAEL DAL SANTO

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Prof. Orientador: Dr. José Vicente Tavares dos Santos

Porto Alegre, dezembro de 2009

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas e instituições que foram fundamentais nesses últimos anos de minha vida pessoal e na trajetória acadêmica que segui. Assim é que sou grato:

À família pelo incentivo e confiança incondicional;

Aos amigos pelas vivências, convivências e experiências;

Ao membros do grupo de pesquisa Violência e Cidadania por todo o apoio, oportunidades e ensinamentos. Em especial, agradeço ao professor José Vicente Tavares dos Santos, sem o qual as Ciências Sociais não fariam mais parte de minha vida.

À Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida – CEUACA, pela incrível experiência de viver em uma comunidade que não sabe de seu potencial;

À Associação Universitária Internacional – AUI, por acreditar em mim quando eu mesmo duvidava. À ilustre Sandra Serpa talvez eu nunca saiba como ou quanto agradecer.

À Marta Mourão Kanashiro pela gentileza e inspiração;

A todos aqueles que colaboraram para a realização desta pesquisa, cedendo gentilmente seu precioso tempo e paciência.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BM – Brigada Militar

CDL – Câmera de Dirigentes Lojistas

SINDILOJAS – Sindicato dos Lojistas

MOCOVI – Movimento de Combate  Violência de Farroupilha

CFTV – Circuito Fechado de Televisão

SSP/RS – Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ocorrências de seis crimes contra o patrimônio em Farroupilha (2006-2007) 45

Tabela 2: Relação de investimentos no projeto de monitoramento em Farroupilha
segundo a fonte dos recursos, por ano 54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Câmera capta agressão de guarda municipal em Caxias do Sul	39
Figura 2: Foto da sala de monitoramento no 36º Batalhão de Polícia Militar de Farroupilha	44
Figura 3: Cartaz anuncia local de instalação de câmera de monitoramento	47
Figura 4: Foto de <i>outdoor</i> em uma das vias de acesso à Farroupilha	47

SUMÁRIO

RESUMO	08
1. INTRODUÇÃO	09
1.1 Problema de Pesquisa	10
1.2 Justificativa	11
1.3 Objetivos	11
1.4 Hipóteses	12
1.5 Procedimentos Metodológicos	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Controle Social	17
2.2 Tecnologias no Controle Social e a Cultura do Controle	22
2.3 Vigilância e CFTV	26
3. CFTV e a Participação Social na Segurança Pública	34
4. RESULTADOS DA PESQUISA	41
4.1 A implementação do monitoramento em Farroupilha	41
4.2 As concepções de controle social	50
4.3 Participação Social	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
APÊNDICE	64

RESUMO

O presente estudo aborda questões relacionadas à temática do controle social a partir da utilização do monitoramento eletrônico pela polícia e da participação social nesse campo. O aspecto particular de interesse deste trabalho são as modificações introduzidas no controle social formal com a utilização de câmeras de monitoramento em vias públicas. O objeto de estudo em questão é o processo de implementação de câmeras de monitoramento em Farroupilha, município situado na região serrana do estado do Rio Grande do Sul. A questão central formulada para este trabalho é conhecer as condições de possibilidade para a efetivação do projeto de monitoramento em Farroupilha. Problematizando o uso desta tecnologia como um dispositivo que inova e modifica o controle social formal, busca-se compreender os motivos para a implementação de câmeras nesta cidade. Especificamente foram analisadas as concepções de controle social presentes nos posicionamentos e discursos dos principais responsáveis por essa iniciativa; na forma pela qual o uso dessa tecnologia é justificado nestes discursos e, sobretudo, no que tange as condições de sua implementação e da adesão por parte da “comunidade”. Parte-se da hipótese de que essas concepções aproximam-se de uma concepção de controle social repressivo, onde o uso de câmeras é justificado em termos de eficiência para a prevenção de crimes e de eficácia para a produção de provas jurídicas. Outra hipótese aponta para a construção social do sentimento de insegurança gerado pelas ameaças advindas de criminosos de cidades vizinhas. A metodologia utilizada compreendeu entrevistas semi estruturadas com membros de organizações da sociedade civil envolvidas no projeto; análise de documentos institucionais e reportagens de dois jornais locais, considerando o período de 2004 a 2008. O material foi analisado com o auxílio do software NVIVO8.

Palavras chaves: Controle Social, Vigilância, CFTV, Segurança Pública, Participação Social.

1. INTRODUÇÃO

O uso de câmeras de monitoramento em vias públicas das cidades tem se tornado freqüente e aos poucos essa prática vem sendo incorporada à arquitetura e ao cotidiano das cidades, seja a partir de iniciativas públicas ou privadas. Estimulado por sua utilização em espaços fechados - de uso privado de empresas e cidadãos - o monitoramento eletrônico passou também a ser implementado em vias públicas para fins de segurança pública. Essa medida é relativamente recente no Rio Grande do Sul e no Brasil, apresentando rápido crescimento desde os primeiros anos desta década.

Em 2002, Novo Hamburgo foi o primeiro município do estado que o colocou em prática, a partir de um projeto que foi sustentado principalmente pela iniciativa de dirigentes lojistas, assim como ocorreu em Caxias do Sul em 2003 e Farroupilha em 2005. Em Porto Alegre o monitoramento eletrônico começou em 2004 com a instalação de dez câmeras, por iniciativa da Secretaria Estadual de Segurança Pública- SSP/RS. Em 2005 foi editada a Portaria Nº 042 pela SSP/RS, regulando a atividade para fins de segurança em vias públicas, que deve ser exercida exclusivamente pela polícia militar. Em 2007, vinte municípios gaúchos contavam com esses sistemas, num cenário com previsão de adoção em mais de cem municípios em médio prazo (GUIMARÃES, 2007).

As câmeras de monitoramento são usadas como uma medida de intervenção preventiva - supondo, neste caso, a partir de sua presença física ou de avisos exercer um efeito de autocontrole em possíveis transgressores - ao mesmo tempo em que auxilia na intervenção repressiva da polícia, modificando o exercício do trabalho policial. A redução dos índices de criminalidade nas áreas de cobertura e a eficiência de um equipamento que substitui a presença física de policiais são elementos ponderados e constantemente difundidos na mídia por aqueles que defendem sua utilização (FERREIRA, 2008; ASSUMÇÃO; ALMEIDA, 2008). A utilização de equipamentos de vigilância eletrônica em espaços públicos evidencia assim uma nova prática de controle auxiliada pelo emprego da tecnologia, alterando a forma como o controle social formal é exercido pelo Estado.

Em decorrência da crescente demanda e da visibilidade midiática que o monitoramento eletrônico adquiriu, a indústria de equipamentos de segurança eletrônica no Brasil encontra-se em franca expansão. Segundo pesquisa realizada em 2006¹, o setor teve

¹ Pesquisa SIA/ABINEE (*Security Industry Association* e Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica) realizada em 2007 para avaliar o setor no ano de 2006. A ABINEE é uma organização da sociedade

crescimento de 15,4% de 2005 para 2006, com faturamento de R\$ 1,25 bilhão e estimativa de uma taxa de crescimento média para os próximos cinco anos de 16,2% ao ano, considerando a venda de produtos e a prestação de serviços. Dentre os produtos mensurados encontram-se: circuitos fechados de televisão (CFTV), equipamentos de controle de acesso, alarmes contra intrusão, etiquetas antifurto e equipamentos de controle de incêndio.

O presente estudo aborda questões relacionadas à temática do controle social formal, ou seja, aos meios utilizados pelo Estado para a manutenção da ordem, com interesse particular na utilização do monitoramento eletrônico pela polícia e na participação social nesse campo. O objeto de estudo em questão é o processo de implementação de câmeras de monitoramento no município de Farroupilha, município situado na região serrana do estado do Rio Grande do Sul.

O projeto entrou em operação no início de 2005 e atualmente o município conta com 11 câmeras de monitoramento em vias públicas do centro da cidade. Após um período de divulgação do projeto - que prevê a implantação de 16 câmeras - constituiu-se em 2004 a *Comissão Pró-Segurança de Farroupilha*, uma organização da sociedade civil formada por representantes do sindicato dos lojistas (Sindilojas, Sindigêneros), da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), de membros de uma organização intitulada "Movimento de Combate à Violência" (Mocovi), da Prefeitura e Câmara Municipal, da Brigada Militar, do Rotary Club e do Lions Club. Esta comissão tem por objetivo arrecadar recursos para o projeto e servir como um órgão de consulta pública e tomada de decisões em questões de segurança na cidade.

1.1 Problema de pesquisa

O uso de tecnologias de vigilância e o envolvimento comunitário são dois temas no setor das políticas de segurança pública que apresentam lacunas em termos de discussão e de efetivação. Por conseguinte, o uso de tecnologias de monitoramento visual passa a ser intensamente utilizado sem que haja uma reflexão sobre os efeitos e os motivos para essa ação. Problematizando essa nova forma de controle social buscaremos compreender os motivos da implementação dessas medidas pelo poder público na cidade de Farroupilha. As questões que se colocam são: de que modo o monitoramento eletrônico é utilizado no controle

social formal em Farroupilha? Quais são as concepções de controle social presentes nos posicionamentos e discursos dos principais responsáveis por essa iniciativa? De que forma o uso desse tipo de tecnologia de controle social é utilizado e justificado nestes discursos? No que tange às condições de sua implementação, como se deu a adesão por parte da “comunidade”?

1.2 Justificativa

A realização desta pesquisa se justifica pela necessidade de reflexão sobre a forma como a questão da segurança e da vigilância eletrônica vem sendo tratada nas sociedades contemporâneas. Ao contrário do ambiente acadêmico internacional, poucas são as pesquisas realizadas no Brasil sobre o monitoramento eletrônico, mesmo com a proliferação do fenômeno e a atualidade do tema (KANASHIRO, 2006). A contribuição através de uma pesquisa empírica é fundamental para a produção sociológica voltada à compreensão da utilização de tecnologias eletrônicas no campo da segurança pública e seus efeitos sobre o comportamento das pessoas.

1.3 Objetivos

Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar o processo de implementação de câmeras de monitoramento no centro de Farroupilha. Para isso será necessário reconstruir todo o processo a fim de buscar os elementos que motivaram e conferiram a razão de ser desse projeto. De modo mais específico, procuramos:

- Analisar as concepções de controle social dos principais responsáveis pela implementação dessas medidas;
- Identificar os elementos que orientam essa resposta social a violência, ou seja, identificar interesses, valores e pressupostos com relação as formas possíveis de combater o crime;
- Verificar como se deu a adesão ao projeto e a participação da “comunidade”.

1.4 Hipóteses

- 1) As concepções de controle social dos principais responsáveis pela implementação das câmeras de monitoramento aproximam-se de uma concepção de controle social repressivo, em que o uso dessa tecnologia é justificado por sua suposta eficiência na prevenção de crimes e na sua eficácia enquanto produtora de imagens utilizadas como provas jurídicas.
- 2) Há na cidade de Farroupilha um elemento geográfico - a proximidade com o município de Caxias do Sul - que justifica um sentimento social de insegurança que motivaria a implementação das câmeras em vias públicas. Consideramos que a explicação para a intensificação do uso de tecnologias para o controle social nessa cidade se deve ao medo e as adaptações empreendidas por grupos da sociedade, em reação às ameaças advindas dessa outra cidade de maior porte.

1.5 Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos foi utilizado o método qualitativo para a análise dos dados, sendo que a entrevista foi a principal técnica de coleta. O primeiro contato estabelecido para realização da pesquisa foi no início do mês de março de 2009 com o presidente do Sindilojas de Farroupilha, que se prontificou em colaborar posteriormente, indicando um membro do sindicato para que pudesse me informar adequadamente sobre o processo. A entrevista informal realizada com este diretor foi fundamental para “mapear” os atores envolvidos e posteriormente contatá-los.

Inicialmente, pretendia-se entrevistar um representante de cada organização que compõe a *Comissão Pró-Segurança de Farroupilha*. No entanto, ao contatar os possíveis entrevistados, verificou-se que alguns protagonizavam em mais de uma organização, reduzindo assim o número de entrevistas. Entre março e abril deste ano foram realizadas quatro entrevistas semi estruturadas com as lideranças envolvidas no projeto. Estas foram gravadas e posteriormente transcritas. Outro entrevistado não se disponibilizou a conceder a entrevista pessoalmente, prontificando-se a responder por escrito as questões que foram enviadas via *e-mail*.

O roteiro de entrevista aplicado foi semi-estruturado, possibilitando adequar as questões de acordo com a posição de cada entrevistado. As entrevistas foram divididas em três blocos: o primeiro diz respeito às questões gerais sobre a violência e a criminalidade no município, bem como os modos possíveis de atuação para seu enfrentamento. O segundo refere-se à relação polícia-sociedade e a participação social na área da segurança pública do município. O terceiro bloco reúne questões sobre o processo de implementação das câmeras.

Além das entrevistas, analisamos o material institucional do MOCOVI disponível na *Internet* e matérias de dois jornais locais: “O Farroupilha” e “O Informante”, no período compreendido entre 2004 e 2008. Um debate em uma rádio local e uma audiência pública, ambos a respeito da segurança pública no município, tiveram seu conteúdo transcrito e compõem o material empírico disponibilizado, sendo posteriormente agrupado e analisado com o auxílio do *software NVIVO8*. Com esta ferramenta informacional é possível codificar, categorizar, indexar e organizar os materiais qualitativos (TAVARES DOS SANTOS, 2001).

A interpretação dos dados caracteriza-se assim como um processo de produção de sentidos que atravessa todo o percurso da pesquisa (SPINK & LIMA, 2009). Do mesmo modo que ocorre nas técnicas que formulam os mapas de associação de idéias, no NVIVO a análise começa a partir da definição de categorias gerais (os *Nodes*), que devem refletir os objetivos da pesquisa e possibilitar a visualização de dimensões teóricas. Conforme essa categorização avançou, percebeu-se que o material analisado suscitou a inclusão de novas categorias e o redimensionamento daquelas definidas anteriormente.

O caso de Farroupilha-RS foi escolhido para ser objeto de estudo nesta pesquisa por representar uma tendência em muitos municípios gaúchos: a crescente participação de organizações ligada aos lojistas no campo da segurança pública, em especial, na implementação de sistemas de monitoramento eletrônico nas vias públicas, constituindo-se assim como os principais responsáveis pela efetivação desses projetos. A partir de um estudo de caso pode-se realizar a reconstrução sociológica da realidade, pois este método de investigação possibilita “considerar uma unidade social como totalidade, pois apreende a multiplicidade de suas dimensões numa perspectiva histórico-genética” (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 3).

A partir do material empírico reunido sobre este caso, pretendeu-se realizar uma análise de discurso. Esse método, ao contrário da análise de conteúdo - que objetiva extrair sentidos do texto indagando “o que” o texto quer dizer, buscando assim um sentido que necessita ser desvelado - procura entender “o como” o texto significa, produzindo um conhecimento a partir do próprio texto, concebendo-o em sua discursividade (ORLANDI,

2003). O discurso é então considerado como um conjunto de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva, ou seja, pertencem a um sistema de relações entre objetos (BRANDÃO, 1996).

Alguns princípios de método indicados por FOUCAULT (1996) foram observados para a realização da pesquisa. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas (princípio de *descontinuidade*), nas quais muitas vezes torna-se necessário reconhecer a rarefação do discurso (princípio de *inversão*). O discurso não necessita ser decifrado (princípio de *especificidade*). Segundo esse autor: “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 1996, p. 53). A partir da aparição do discurso e de sua regularidade deve-se passar às suas condições externas de possibilidade (princípio da *exterioridade*).

Um determinado acontecimento, como a introdução de câmeras de monitoramento nas vias públicas voltadas ao controle social, deve ser analisado a partir de uma multiplicidade de posições e de funções possíveis, sem deixar de considerar elementos descontínuos, como os interesses difusos e até mesmo o acaso, além das condições de sua materialidade. Assim, aos acontecimentos devem ser observadas as condições de sua formação e as necessidades as quais ele intenta responder. Da mesma forma, deve ser observado como se modificam e se deslocam, bem como as forças que exercem.

A análise de discurso que nos propomos a fazer procura observar as regularidades nos discursos em uma “arqueologia do presente”², cujo método procura fazer emergir as discursividades locais a respeito dos modos de controle social possíveis e o papel que assume a vigilância eletrônica nesse domínio.

Antes da exposição teórica e da apresentação dos resultados da pesquisa, convém realizarmos algumas reflexões a respeito da experiência de campo e de algumas questões que surgiram ao longo da pesquisa. Uma dessas questões se colocou desde o início e diz respeito ao uso das expressões: “câmeras de segurança”, “câmeras de vigilância”, “câmeras de monitoramento”. Qual dessas utilizar? Optei pela última por ter sido expressão mais utilizada pelos entrevistados e também por pensar que é a que trás consigo uma menor conotação ideológica. Na expressão “câmeras de segurança” pode estar implícito que as câmeras são para nossa segurança ou que trazem necessariamente segurança; já “câmeras de vigilância” é a expressão mais usada por aqueles que são contrários a essa prática, enfatizando o ato de

² Expressão de Mike Davis em: **Cidade de Quartzos**: escavando o futuro de Los Angeles. São Paulo: Página Aberta, 1993.

vigiar e a condição de estar sob vigilância. O uso dessas expressões está diretamente relacionado ao posicionamento político de quem as profere, o que leva necessariamente a explicitar o meu próprio posicionamento com relação ao uso de câmeras para o monitoramento em vias públicas.

Nesta pesquisa, parte-se do princípio de que o uso de câmeras de monitoramento não é necessariamente uma boa ou má prática, mas de que seu uso está amplamente difundido e tem sido pouco questionado. Nos casos do monitoramento em vias públicas essa situação se agrava, principalmente por envolver recursos públicos e pela deficiência de participação social que se tem no campo da segurança pública no Brasil. Além disso, a vigilância exercida pelas câmeras de monitoramento não pode ser vista exclusivamente como uma medida que visa o controle de comportamentos considerados inadequados, pois a diversidade na utilização desses equipamentos fez com que os objetos desse tipo de vigilância se tornassem difusos, incluindo a própria ação da polícia.

Quase todas as pessoas com quem conversei a respeito da realização desta pesquisa pensavam que o objetivo era avaliar o impacto das câmeras para a redução de crimes. Como veremos no capítulo 2, a avaliação do funcionamento desses equipamentos para a redução da criminalidade é uma tarefa complicada de se realizar, dadas as dificuldades de acesso às informações policiais, mas principalmente pela dificuldade em se imputar causalidade a esse equipamento “controlando” outras variáveis que atuam concomitantemente aos eventos que se quer observar. Nossa intenção, de fato, foi a de problematizar a produção de um “consenso”, ou melhor, uma “obviedade” sobre a motivação para o uso de câmeras de monitoramento. Ao realizar os primeiros contatos, percebeu-se que essa intenção causou certo estranhamento aos entrevistados, justamente por questionar essa “obviedade”, ou seja, a motivação para o monitoramento eletrônico em vias públicas dessa cidade.

A aproximação com os grupos de interesse não ocorreu facilmente, pois não havia nenhum tipo de relacionamento anterior com os entrevistados. Havia um conhecimento prévio sobre o município e sobre algumas dessas “forças vivas da comunidade”³, pelo fato de ter residido neste município durante um ano e contar atualmente com familiares que lá residem.

Uma característica recai sobre todas as pessoas com quem entrevistei: todos eram lideranças extremamente ocupadas em seus afazeres profissionais. Essa condição - muitas responsabilidades e pouco tempo - certamente influenciou na qualidade das entrevistas realizadas, apesar da simpatia e boa fé de todos os entrevistados. Assim, todas as entrevistas eram de

³ Expressão corrente entre políticos e lideranças locais.

alguma forma interrompida por contingências profissionais. Essas observações são importantes para esclarecer as condições em que se deram as entrevistas, o que certamente incide na qualidade do material empírico disponível para a pesquisa.

No segundo capítulo serão abordados os conceitos de *controle social* e *vigilância* como referências teóricas que orientaram a realização da pesquisa. Neste capítulo abordaremos alguns estudos que tiveram as câmeras de monitoramento como objeto de pesquisa. No terceiro capítulo procura-se argumentar sobre a expansão da utilização desses equipamentos enquanto mecanismos de controle social e alguns movimentos de participação social, em especial de entidades ligadas aos empresários; o que foi fundamental para o êxito de muitos projetos, inclusive o que pretendemos analisar. No quarto capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa empreendida, descrevendo e analisando o sistema de monitoramento eletrônico em Farroupilha, as concepções de controle social dos principais responsáveis e as formas de participação social nesse projeto. O último capítulo é dedicado às considerações finais, em que se recuperam os objetivos propostos, o problema de pesquisa e as hipóteses de trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Controle Social

Controle social é uma noção, ou um conceito, cuja formulação está presente desde os primórdios do pensamento sociológico. Nos dicionários, a noção geralmente faz referência à “capacidade da sociedade de se auto-regular, bem como os meios que ela utiliza para induzir a submissão a seus próprios padrões” (ZEDNER, 1996, p.138). Esse conceito está relacionado assim a toda forma de prevenção, repressão, reforma, justiça e compensação realizadas por pessoas ou instituições com o objetivo de impedir ou reduzir as transgressões (COHEN, 1968, p. 89). Entendido dessa forma, o controle social pode abranger uma diversidade de dimensões da vida social, tais como os costumes, normas, leis, a religião, a moral e a educação. De modo geral, a análise sociológica tem a tarefa de explorar as condições e variáveis que fazem com que essa regulação social seja alcançada (JANOWITZ, 1995), mas a amplitude da noção de controle social apresenta dificuldades analíticas e operacionais aos pesquisadores interessados pelo tema, ainda mais se considerarmos a diversidade de vertentes teóricas que abordaram essas questões⁴.

Émile Durkheim, apesar de não ter cunhado esse termo, estava interessado nos mecanismos de manutenção da ordem e de integração social. Os sociólogos da escola funcionalista, assim como os positivistas, buscavam entender os motivos, as causas etiológicas do comportamento desviante. Pretendiam explicar por que determinadas pessoas cometem atos considerados prejudiciais ao funcionamento da sociedade, partindo do pressuposto da existência de características intrínsecas ao comportamento criminoso, ou atribuindo as causas à exposição a um ambiente de desagregação social.

No início da sociologia norte-americana, Edward Alsworth Ross escreve uma série de artigos em que desenvolve o conceito como um campo específico de estudos⁵. Assim como os sociólogos franceses, Ross também estava interessado nos mecanismos de coesão social, mas o faz por outros meios, encontrando esses mecanismos em funcionamento a partir da ação voluntária e de cooperação na própria sociedade norte-americana, ao invés de pensar a coesão a partir da regulação estatal (ROSS, 1896; 1898).

⁴ Devido a amplitude do tema e a diversidade dessas vertentes não será possível revisar neste trabalho toda utilização do conceito. Para uma revisão da bibliografia sobre controle social ver JANOWITZ (1995) e COHEN (1984).

⁵ Entre 1896 e 1901 Ross escreveu vinte artigos a respeito das muitas dimensões do controle social.

Outras vertentes privilegiaram em suas análises as relações de dominação e de poder, reconhecendo que as regras são impostas por grupos que tem interesses que outros obedeçam. Na década de 60, a abordagem interacionista do desvio desloca o problema das “causas” para o estudo das interações e processos de “rotulação”. Reconhecendo a complexidade de atos considerados como crime, essa vertente busca obter um conhecimento sobre as relações entre os grupos em disputa sobre determinada questão, sobre quem rotula e quem é rotulado como desviante (BECKER, 2008).

Abordagens mais abrangentes, que têm sob seu enfoque as transformações históricas e estruturais da sociedade, também compartilham da necessidade de se estudar o controle social a partir de relações de dominação e poder. Para o sociólogo argentino Juan Pegoraro, o controle social pode ser entendido como *“la estrategia tendiente a naturalizar y normalizar un determinado orden social construido por las fuerzas sociales dominantes”* (PEGORARO, 1995, p. 82). Essa definição pressupõe a existência de forças sociais em disputa por uma naturalização de determinada ordem social e por uma normatização de comportamentos individuais ou grupais considerados aceitáveis ou funcionais.

Nesse campo, a disputa se traduz em dois tipos possíveis de controle social, levando em consideração que aqueles que propõem formas de controle social supõem um modelo de ordem social. O primeiro tipo pode ser chamado controle social duro (*Hard*), entendido pelo autor como aquele que nega e reprime o problemático, sendo caracterizado por políticas de segurança com foco direcionado principalmente em medidas repressivas. O segundo tipo identificado é o controle social brando (*Soft*), considerado como aquele que “modifica-integrando-neutralizando-cooptando” situações sociais conflituosas. Esse modelo de controle social é considerado menos excludente por buscar a resolução de conflitos a partir de uma lógica de cooptação. Esses dois modelos, apesar de serem faces de uma mesma moeda, permitem diferenciar as formas que assume o controle social em determinada sociedade.

Partindo da constatação de que as instituições de controle social estão em crise, apresentando dilemas para a participação e pacificação social, Tavares dos Santos (2004) caracteriza a configuração de um estado de controle social repressivo a partir de algumas condições: o discricionarismo e a violência policial como umas das novas questões sociais globais, a produção social do sentimento de insegurança, a proliferação de políticas de “tolerância zero”, a privatização do controle social formal e o aumento no encarceramento. Em oposição a esse controle social repressivo, o sociólogo vislumbra algumas possibilidades de um controle social democrático, passando por transformações estruturais no trabalho policial e pela reinvenção das formas de solidariedade. Segundo o autor:

A emergência de uma noção de segurança cidadã, na perspectiva da mundialização, supõe a construção social de controle social democrático, mediante o qual tanto as instituições de socialização – a família, a escola, as associações locais, os meios de comunicação – quanto as organizações do controle social formal – as polícias, o sistema judiciário, as instituições prisionais – reconstruam o objetivo de uma governamentalidade preocupada com as práticas de si, emancipatórias, dos conjuntos de cidadãos e cidadãs em suas vidas cotidianas, em suas trajetórias sociais e em seus sonhos de sociedade. (TAVARES DOS SANTOS, 2004, p. 11).

A dicotomia entre uma forma de controle social repressiva ou democrática não deve ser entendida somente a partir de uma lógica de repressão ou de controle. Segundo o sociólogo Marcos César Alvarez, o controle social deve ser compreendido enquanto “complexos mecanismos que não propriamente controlam, mas sobretudo produzem comportamentos considerados adequados ou inadequados com relação a determinadas normas e instituições sociais” (ALVAREZ, 2004, p.170).

Michel Foucault, uma das principais referências para os estudiosos do controle social, também realiza suas análises a partir de uma perspectiva dos mecanismos de poder. Em *Vigiar e Punir* (1987) o autor nos mostra como se deu a passagem de uma *sociedade de soberania* – na qual o poder soberano dispunha do direito de impor a morte aos súditos, de forma direta ou indireta – para uma *sociedade disciplinar*, através da constituição de mecanismos de poder voltados para as formas de controle que visavam à conformação dos corpos sociais a uma nova realidade. Nessa passagem aos poucos a prisão substituiu o suplício como a forma utilizada para a punição daqueles que atentassem não mais contra o soberano, mas agora contra a sociedade.

O mundo ocidental passou então a se preocupar com a vida, ou melhor, pela manutenção e o incentivo da vida. Segundo Foucault (1988), essa mudança ocorreu em dois pólos: o primeiro diz respeito ao corpo e ao seu desenvolvimento - corpo máquina - ampliando suas capacidades e o ajustando às necessidades de integração a nova ordem econômica. O segundo está ligado ao corpo-espécie, ou seja, uma maior preocupação do poder com os processos biológicos da população, como a longevidade, a natalidade, a mortalidade e os cuidados com a saúde. Assim, a normalização dos corpos sociais passa por uma série de instituições, como a escola, a igreja e a família e práticas e costumes que, independente da existência de leis e instituições jurídicas, orientam a conduta e moldam as ações individuais e coletivas. Foucault afirma que esse bio-poder, que gerencia a vida, foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, ajustando os corpos ao processo produtivo, utilizando-se de "métodos de poder" para acrescer as forças sociais sem tornar a vida insuportável. Esses “métodos de poder” são o que Foucault chama de disciplinas, que a partir

do século XVIII atingem seu momento histórico por excelência. Isso não quer dizer que as técnicas voltadas ao controle dos corpos tenham surgido nesse período histórico, visto que já existiam anteriormente – de modo completamente diferente em instituições como monastérios, escolas, o exército – ou são criadas simultaneamente às prisões, como as fábricas. O que houve foi sua transformação e generalização, a partir de uma multiplicidade de processos, que inovaram com mudanças de escala, de objeto e de modalidade de exercício do poder.

No entanto, não se trata de pensar que foi “o capitalismo”, “a burguesia” ou as elites econômicas e intelectuais que planejaram e arquitetaram um plano para sujeitar este controle sobre a vida aos seus interesses. Uma das principais contribuições de Foucault aos estudos dos mecanismos de controle é, sem dúvida, a forma pela qual compreende o poder, entendendo-o não como fenômeno de dominação pura, como posse de alguém em especial ou de determinado grupo. Segundo o autor:

O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor de poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 1999, p.35).

A partir dessa forma de pensar Foucault realiza sua *microfísica* do poder, analisando historicamente os mecanismos de controle que interviram nas formas pelas quais foram tratadas questões relativas à loucura, à sexualidade e à delinquência. Esse poder disciplinar, extremamente engenhoso e heterogêneo, obteve êxito ao valer-se de instrumentos simples como a *vigilância hierárquica*, a *sanção normalizadora* e o *exame*. A primeira tem por princípio o fato de olhar sem ser visto, esperando-se que aqueles que estão submetidos à vigilância se auto-controlem, pois estes não sabem se estão sendo observados ou não. A expressão material dessa forma de vigilância pode ser encontrada na arquitetura circulares de prisões, fábricas e escolas, bem como no urbanismo das antigas cidades operárias, cujos ocupantes estão submetidos a um controle contínuo. A *sanção normalizadora*, por sua vez, opera no interior de sistemas disciplinares instaurando micropenalidades para a correção de desvios. Assim acontece com o controle estabelecido sobre o tempo, os modos, os discursos, o corpo e a sexualidade; cada qual com as penalidades inseridas nas diversas instituições sociais. Por fim, através do *exame* se estabelece um regime de visibilidade que opera através da formação de um saber e de uma forma de exercício do poder. O exame documenta e extrai

informações dos indivíduos, gerando arquivos para que estes possam ser descritíveis e analisáveis.

A utilização da tecnologia na segurança pública pode ser vista a partir do conceito de *dispositivo* em Foucault, considerando-o como um elemento-chave de um novo dispositivo de controle das sociedades contemporâneas, formado por diversas linhas que se entrecruzam (DELEUZE, 2001). Um *dispositivo* é formado por linhas de *visibilidade*, apresentando uma forma e uma arquitetura própria; por linhas de *enunciados*, como, por exemplo, um estado de direito ou um movimento social se definem através dos regimes de enunciados que fazem nascer; é formado também por linhas de *força*, marcadas por relações de poder; por fim, um enunciado é formado por linhas de *subjetivação*, através das quais ocorre a produção de subjetividades. Um conjunto variado de ações, instituições e discursos se traduzem assim em um objeto físico, através do qual se exerce o controle sobre uma determinada população.

A noção de *sociedade de controle* de Deleuze pode servir como inspiração para a análise do uso da tecnologia na segurança pública. Segundo esse autor vivenciamos uma crise generalizada de todas as instituições sociais (prisão, escola, hospital, fábrica), que estão sendo constantemente reformadas, mas, na verdade, trata-se de gerir a agonia desses meios e ocupar as pessoas até que novas forças se instalem. Deleuze anuncia a substituição da *sociedade disciplinar* pela *sociedade de controle*. Nesta nova sociedade a fábrica fechada e estável é substituída pela empresa em um estado constante de não estabilidade; a escola é substituída pela formação permanente. Nas *sociedades de controle* o indivíduo cede lugar aos fluxos, as maquinarias mecânicas cedem lugar às máquinas de informática e à cibernética. Nesta sociedade “o controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua” (DELEUZE, 1992, p. 224). Deleuze identifica nas mudanças do capitalismo e nas formações sociais as diferentes formas de controle correspondentes a cada período. Assim, das sociedades de máquinas simples, das sociedades de soberania, passamos a sociedade das máquinas energéticas, das sociedades disciplinares e posteriormente às máquinas informáticas, das sociedades de controle.

O cientista político Edson Passeti desenvolve um pouco mais a noção de sociedade de controle em seus estudos, abordando uma questão fundamental para os objetivos dessa pesquisa: a participação social na sociedade de controle. Segundo o autor, nesta nova sociedade o apelo à participação se dá de forma contínua, conferindo sentido a um controle cada vez mais contínuo. Através da participação as diferenças são anuladas a partir de dispositivos de integração e consenso (PASSETI, 2003). Segundo o autor:

Convocado a participar, cada cidadão é intimado a denunciar, vigiar, defender bens e valores. Uma moral de civilidade cosmopolita se forma e se fortalece, exigindo ética de responsabilidades acrescidas de cuidados com os outros e zelo pela conservação de seus bens e saúde (PASSETI, 2004, p. 157).

2.2. Tecnologias no Controle Social e a Cultura do Controle

Desde o final dos anos 60, as modificações nas formas de controle social nos Estados Unidos e na Inglaterra foram estudadas por Garland (2001), que analisou os elementos que fizeram nascer as práticas atuais no que ele chama de campo de controle do delito - a polícia, as condenações judiciais, as políticas penais, o papel da segurança privada, as formas de prevenção, entre outros elementos - identificando nesse campo as condições históricas e sociais que possibilitaram essas novas práticas. Essas mudanças, por sua vez, expressam padrões de significados culturais - valores, conceitos, sensibilidades e significados sociais - que terminam por gerar uma *cultura do controle*, derivada da experiência coletiva do delito na vida cotidiana e das adaptações práticas neste campo. Segundo o autor:

La reconfiguración del campo del control del delito involucra mucho más que un simple cambio en la respuesta de la sociedad frente al delito. También implica nuevas prácticas de control de las conductas y de hacer justicia, concepciones revisadas del orden y el control social y maneras modificadas de mantener la cohesión social y manejar las relaciones entre los grupos sociales (GARLAND, 2001, p. 39).

Essas mudanças foram impulsionadas por um conjunto de transformações sociais, econômicas, culturais e políticas⁶. Nos anos do pós-guerra esses países vivenciaram um período de bonança econômica, com a modernização da produção, a expansão e globalização dos mercados. Intensas mudanças sociais ocorreram na estrutura familiar, na ecologia e demografia social – principalmente através do crescimento populacional urbano e os rearranjos urbanísticos das grandes cidades - além do impacto dos meios eletrônicos de comunicação. No final dos anos 60, o aumento nas taxas de criminalidade decorreu de causas multidimensionais: havia mais oportunidades para a ação criminosa e menos controles situacionais; uma população “em risco” cresceu rapidamente, principalmente com as crises econômicas em 1973-75 e 1981-83, aumentando a desigualdade social. Em função dessas transformações, o controle social perdeu em eficácia, alterando as formas pelas quais as organizações pensavam o crime e o controle social. Segundo Garland, a normalização de

⁶ Garland utiliza a expressão “modernidade tardia” para designar essas transformações que ocorreram desde o fim da década de 60.

altas taxas criminais e o reconhecimento das limitações da justiça penal implicou o abandono de intenções e pressupostos correcionais, assim como ocorreu com o monopólio estatal do controle do delito.

As mudanças mais significativas nos últimos trinta anos identificadas pelo autor no campo de controle do delito são: o declínio do ideal de reabilitação; o ressurgimento das sanções punitivas - pena de morte, trabalhos forçados e castigo corporal - e da “justiça expressiva”⁷; mudanças no tom emocional da política criminal; um novo significado coletivo de ser vítima num cenário em que estas passam a ter voz ativa; o aumento do encarceramento; o novo populismo acerca das questões criminais e as transformações no pensamento criminológico.

As teorias criminológicas, que desde o século XIX se ocuparam em entender o comportamento de criminosos e as causas da violência, passaram a entender o crime como um problema de controle inadequado. Nas novas teorias do controle - escolha racional, atividade rotineiras, delito como oportunidade, prevenção situacional - o foco da análise é deslocado do indivíduo para os eventos delitivos, interessando agora descobrir suas estruturas de controles e incentivos, os hábitos de interação e o desenho especial que ali estão presentes. Para influenciar políticas de segurança, essas teorias encontraram viabilidade política, credibilidade penológica e apoio popular. Mas essas estratégias de controle do crime passam a ser adotadas e obtêm êxito porque “caracterizam os problemas e identificam as soluções em certas formas que encaixam perfeitamente com a cultura dominante e com a estrutura de poder sobre a qual se funda” (GARLAND, 2001, p.70) (tradução do autor).

Guardadas as devidas proporções, muitas das características e transformações no campo do controle do delito nos EUA e na Inglaterra encontram-se no Brasil, em especial no que se refere a experiências coletiva do delito na vida cotidiana e das adaptações práticas neste campo, em conjunturas de sociedades com altas taxas de crimes e com expressivo aumento do encarceramento. Dentre as estratégias de controle que são impulsionadas na modernidade tardia, pode-se identificar uma nova forma de enfrentar o crime em nível local, com o fomento à prevenção e à participação comunitária.

As principais respostas adaptativas identificadas pelo autor são:

- 1- Profissionalização e racionalização da justiça penal. As decisões passam a ser tomadas com o suporte de computadores e dados georeferenciados;
- 2- Comercialização da justiça – *ethos* de gestão empresarial e a privatização da justiça penal;

⁷ Essa expressão remete a uma forma de funcionamento da justiça penal que coloca em primeiro plano “expressar” a ira e o ressentimento provocado pelo delito ao público.

- 3- Redefinição pública dos objetivos da polícia e mudanças no critério de julgamento do êxito ou fracasso. Simultaneamente, há o deslocamento da responsabilidade para os “clientes” /público. Os novos indicadores de *performance* medem rendimentos ao invés de resultados, o que a organização *faz* mais do que ele *alcança*;
- 4- Necessidade de se trabalhar mais as conseqüências do que as causas do crime;
- 5- Emergência de um campo de políticas sobre as vítimas;
- 6- A partir do crescente medo gerado pela violência, tornou-se mais importante oferecer uma sensação de segurança do que uma redução real nas taxas de criminalidade;
- 7- A redefinição de responsabilidades para a comunidade. A tarefa de controle do delito se estende à comunidade, seja através da polícia comunitária, da prestação de serviços a comunidade ou do incentivo ao comunitarismo;
- 8- Distribuição das responsabilidades para agências, organizações e indivíduos que operam fora do sistema de justiça penal. O estado passa a não ser considerado o único responsável por prevenir e controlar o delito. Cada vez mais a prevenção do crime opera através de cooperação que reúne organizações públicas e privadas.

As mudanças sociais e as atitudes da classe média frente ao delito são consideradas uma necessidade de controlar riscos e incertezas. Assim, as adaptações por parte dos comerciantes incluem soluções tecnológicas integradas que estão enraizando os mecanismos de controle nas práticas da empresa, de modo que não seja intrusivo e não interfira nos seus propósitos. Os centros comerciais (espaços semi-públicos, com grande circulação de pessoas e administrado pela iniciativa privada) acabam por conformar enclaves de justiça privada, onde indivíduos podem ser abordados, vigiados, filmados e expulsos, tornando-se um espaço de extrema vigilância e exclusão. Segundo Garland:

Aun cuando las soluciones de la policía y de la penalidad son parte de su repertorio, el remedio preferido es instalar controles situacionales y canalizar la conducta de las personas, alejándolas de la tentación, en lugar de generar persecuciones y castigos de los delincuentes. En la medida en que ‘el gobierno’ logra organizar, aumentar y dirigir las capacidades de control social de los ciudadanos, las comunidades y las empresas, extiende simultáneamente el alcance de la actividad de gobernar y transforma su modo de ejercer el control (*Idem*, p. 281-282).

Em *Cidade de Muros*, analisando as mudanças causadas pela nova forma de organização do espaço urbano gerada pelos condomínios residenciais fechados e pelo medo do crime em São Paulo, Teresa Caldeira (2000) expõe como a violência e os medos combinam-se a processos de mudança social, gerando novas formas de segregação espacial e

discriminação social. Essas mudanças operam de forma semelhante: estabelecem diferenças, impõe divisões e distâncias, constroem separações, excluindo e restringindo movimentos. A idéia de “enclaves fortificados” como “espaços privatizados, fechados e monitorados destinados a residência, lazer, trabalho e consumo” gera um novo tipo de espaço público, com um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano. As mudanças na rotina diária daqueles que habitam esses espaços são bem diferentes das rotinas anteriores em ambientes abertos e heterogêneos. Segundo a autora, “ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, dos parques e de todos os espaços públicos” (CALDEIRA, 2000, p. 301). Os encontros nos espaços públicos se tornam cada vez mais tensos, pois tem como referência o medo das pessoas. O medo altera o modo de andar na rua e as grades e muros também atuam no sentido de reforçar esse medo.

Mike Davis retrata as mudanças ocorridas na cidade de Los Angeles durante a década de 90 destacando as mudanças nos espaços públicos decorrentes do crescimento da preocupação da sociedade com a segurança. Segundo Davis:

O velho paradigma liberal de controle social, tentando contrabalançar a repressão com reforma, há muito foi suplantado por uma retórica de singularidade social que calcula os interesses dos pobres e das classes médias urbanas como contradição irreconciliável. Em cidades como Los Angeles, na orla ruim da pós-modernidade, observa-se uma tendência sem precedentes no sentido de fusão do urbanismo, da arquitetura e do aparato político num único e abrangente esforço de segurança. (DAVIS, 1993, p.206).

O “efeito fortaleza”, concebido como estratégia deliberada de organização sócio-espacial, gera um verdadeiro *apartheid* espacial promovido por incorporadores imobiliários que transformaram o centro da cidade numa passarela de arranha-céus luxuosos, projetado para o trabalho, consumo e recreação das classes médias, tornando a heterogeneidade impossível. A polícia, por outro lado, teve seu papel reformulado, supervisionando principalmente macro-sistemas de segurança, como os bancos de dados eletrônicos, a vigilância aérea, manifestações de rua e a administração de prisões. Já a segurança privada praticamente tem sob seu domínio as funções de policiamento ostensivo, que demandam mais postos de trabalho, fazendo a repressão de pequenos crimes e o monitoramento eletrônico. A valorização do uso de meios tecnológicos pela polícia criou um sentimento corporativo diferenciado, no qual praticamente se estabeleceu “uma nova epistemologia de polícia, em que a vigilância e a resposta tecnológica suplantaram o conhecimento íntimo de comunidades específicas do guarda tradicional” (Idem, p.225).

Em um cenário em que o uso de tecnologias de vigilância impacta substancialmente nas formas contemporâneas de controle social, este conceito apresenta atualmente uma necessidade empírica de reformulação, em face da crescente utilização de novas tecnologias e da especificidade dos fenômenos mais recentes. Nesse sentido, Jones (2000) desenvolve o modelo teórico do que ele chama *Digital Rule* (regra / norma digital), utilizado para entender a emergência de novas técnicas, práticas e saberes criados para controlar a interação social em espaços específicos. A *Digital Rule* é concebida como uma forma particular de regulação social que depende da tecnologia eletrônica e outras tecnologias que possibilitam um monitoramento à distância, reconfigurando o controle formal, as formas punição e de exclusão. Segundo Jones, essa forma de monitoramento cresce direta e indiretamente relacionada a uma forma de tomada de decisões e uma forma particular de punição. As tomadas de decisões correlatas a esse controle são baseadas em evidências providas por um sistema eletrônico, relatando quando uma regra/norma é quebrada. As decisões operam por meio de restrições no tempo e no espaço, conferindo a permissão ou a negação de acesso.

2.3. Vigilância e CFTV

Assim como o *controle social*, a *vigilância* é um conceito abrangente que necessita ser explicitado e delimitado para que se possa fazer dela um objeto de estudo. Pode-se partir do princípio de que a vigilância é uma prática elementar para muitos fins. O próprio ato da investigação científica a pressupõe, entendendo assim que os pesquisadores necessitam colocar o objeto o qual desejam estudar sob vigilância para a construção do conhecimento. De modo semelhante, a constituição da moderna sociedade também se funda sob métodos de vigilância, seja por meio da conformação social necessária ao convívio em sociedade, como, por exemplo, a vigilância exercida sobre as crianças durante o processo de socialização; seja por meio da formação de uma vigilância burocrática estatal, com práticas voltadas ao controle populacional e a oferta de “serviços” em saúde, educação, seguridade social e segurança. O conceito de vigilância pode ser assim entendido de forma ampla, como o concebe Lyon (1994), levando em consideração uma série de contextos em que a polícia, companhias de seguro, agências de emprego, instituições comerciais ou administrativas compilam dados pessoais de modo a influenciar, administrar, cuidar ou controlar uma população ou grupos.

Com o advento da informática e do processamento de dados eletrônicos, a vigilância foi potencializada e se tornou sutil. Muitas vezes não se sabe qual a extensão desses

cruzamentos de dados, tampouco se possuem um caráter legal ou não. Para Lyon, não se deve considerá-la essencialmente boa ou má, mas procurar identificar suas implicações ao poder político, ao controle social, à liberdade e à democracia.

A vigilância, enquanto objeto de estudo, surgiu na década de 70 com James Rule e Michel Foucault, mas o desenvolvimento desse campo de investigação tardou em se afirmar (LYON, 1994). No entanto, os autores clássicos do pensamento social não deixaram de notar a importância que a vigilância assumia em seu tempo.

Marx não ignorou a vigilância exercida sobre os trabalhadores nas fábricas, como um aspecto da relação capital-trabalho, necessária ao confinamento dos trabalhadores em um único local para a produção de bens. Para os trabalhadores “livres”, a vigilância substituiu a coerção como forma de garantir a disciplina dos operários e a maximização do lucro.

Em Weber, a preocupação está em como as organizações modernas, em especial a burocracia, desenvolveram formas de armazenamento e recuperação de dados (impessoais e pessoais), tornando-a mais eficaz. A vigilância constitui-se assim parte fundamental de uma *racionalidade* burocrática moderna, crescendo em importância a partir do século XIX, com a expansão do capitalismo, o desenvolvimento da administração governamental e das organizações militares, o crescimento populacional e sua concentração em cidades.

Ao falarmos a respeito da vigilância quase automaticamente vem à nossa memória a figura do Grande Irmão criada por George Orwell em *1984*, obra literária escrita em 1948 onde nos é apresentada uma visão - não desejada - do que seria a sociedade do futuro. Nesta sociedade a informação é fundamental – haja visto a existência do Ministério da Verdade - e o controle sobre todas as condutas pessoais é intenso e centralizado. A vigilância exercida por um Estado totalitário era a principal preocupação de Orwell numa sociedade próxima.

A idéia de que vivemos atualmente ou que estaremos num futuro próximo sob o domínio de um Grande Irmão parece não fazer sentido. O consumo de massas e o desenvolvimento tecnológico incrementaram a vigilância a que as populações estão submetidas, e isso independe de uma centralização do poder. Aqui, o consumismo descentralizado atua como mecanismo de controle social. Essa vigilância parece ser mais incisiva sobre os cidadãos aptos ao consumo, ao mesmo tempo em que despreza e é ignorada pelos “consumidores falhos”. A vigilância com que setores comerciais exercem sobre a

população demonstra sua expansão para outras esferas da vida social⁸. Dessa forma, as modificações no sentido da vigilância foram observadas pelo filósofo Rogério da Costa:

A idéia de vigilância remetia ao confinamento e, portanto, à situação física que caracterizava as preocupações dessa sociedade. O problema era o movimento físico dos indivíduos, seu deslocamento espacial. Vigiar era, basicamente, regular os passos das pessoas, era olhar. Com a explosão das comunicações, uma nova figura ganha força: a vigilância das mensagens, do trânsito de comunicações [...] Parece que o mais importante agora é a vigilância sobre a dinâmica da comunicação não apenas entre as pessoas, mas sobretudo entre estas e as empresas, os serviços *on-line*, o sistema financeiro, enfim, todo o campo possível de circulação de mensagens. O que parece interessar, acima de tudo, é como cada um se movimenta no espaço informacional. Isso parece dizer tanto ou mais sobre as pessoas do que seus movimentos físicos ou o conteúdo de suas mensagens (COSTA, 2004, p. 164).

Da mesma forma que é confundida com o Grande Irmão de Orwell, a vigilância nas sociedades contemporâneas vem sendo considerada por muitos pesquisadores como um Panóptico generalizado para toda a sociedade (KOSKELA, 2003; MACHADO, 1991). O Panóptico é um modelo prisional idealizado por Jeremy Bentham em 1791 e foi analisado por Foucault em *Vigiar e Punir*. Bentham concebeu sua obra mais conhecida em uma conjuntura na qual os problemas advindos do sistema carcerário estavam na ordem do dia, em especial a superpopulação carcerária, as rebeliões e o crescimento da criminalidade. Na Inglaterra do final do século XVIII a prisão não era o principal meio de punição, pois ainda havia a pena de morte e a deportação de criminosos para as colônias. São nessas circunstâncias em que “a prisão deixa de ser um depósito, um lugar de armazenagem ou de passagem, para se converter num lugar de saúde e correção” (PERROT, 2000, p.118).

O projeto de Bentham está fundamentado no princípio da inspeção centralizada, na vigilância generalizada e numa rígida distribuição e controle sobre o espaço. O modelo prisional é caracterizado por uma arquitetura circular em que ficam dispostas as celas e uma torre no centro com possibilidade de visão de todo o anel. Os detentos ficam assim submetidos a um estado de permanente visibilidade e o controle é mantido pela sensação de que os prisioneiros estão sendo constantemente vigiados pelos guardas. A incerteza opera assim como meio de subordinação, gerando autocontrole nos prisioneiros. Segundo Foucault:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se

⁸ Os diversos “rastros” eletrônicos deixados em pagamentos com o uso de cartões de crédito, a integração e a comercialização de banco de dados com informações pessoais e as diversas técnicas de “monitorar” preferências para o consumo são alguns dos exemplos do quão presente a vigilância está em nossas vidas.

o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo; e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação (FOUCAULT, 1987, p.168).

Algumas semelhanças entre os princípios do Panóptico estudado por Foucault certamente encontram-se nos modos de vigilância atuais, em especial com o uso de câmeras de monitoramento; por isso a vigilância eletrônica vem sendo considerada a partir da análise de um Panóptico generalizado. A condição de visibilidade imposta e o anonimato do observador são características que configurariam o “Panóptico eletrônico” provocando o autocontrole na população a ele submetida. Entretanto, as câmeras provêm uma imagem superficial (de superfície) dos indivíduos e seu comportamento, em contraste com a profunda transformação da disciplina (JONES, 2000). Outra característica que distingue a vigilância contemporânea do modelo Panóptico é que maximizam a possibilidade do cálculo de riscos, principalmente através do uso de computadores e banco de dados digitais, permitindo o estabelecimento de perfis de comportamento e de rotinas automatizadas das operações desses equipamentos (BOTELLO, 2007).

Na perspectiva do Panóptico generalizado, interpreta-se a utilização de câmeras de segurança nos espaços públicos considerando-a como uma inovação tecnológica produzida para o controle dos corpos em nome da segurança pública. Os mecanismos de poder que envolvem essa questão de segurança pública são vistos dentro de uma lógica de administração dos corpos pela gestão calculista da vida, ainda em um quadro interpretativo ligado ao entendimento das sociedades disciplinares. Da mesma forma, conceber os dispositivos de vigilância atuais em seu caráter estritamente repressivo – como um “grande irmão” ou como Panóptico generalizado – é conceber o poder por um aspecto meramente negativo. As concepções de um Panóptico generalizado tendem ainda a elevar ao máximo a interpretação feita por Foucault do que seria a generalização da disciplina para outras instituições sociais. Segundo Foucault:

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. **A sociedade da normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço [...].** A sociedade da normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (FOUCAULT, 1999, p. 302) (grifo do autor).

Outra importante crítica feita à Foucault se refere ao fato de ele não levar em consideração em seus estudos o desenvolvimento da tecnologia, em especial das modificações ocorridas no controle social através do uso de computadores (LYON, 1994). A esse respeito, a observação feita por Roberto Machado nos parece crucial:

Embora às vezes suas afirmações tenham uma ambição englobante, inclusive pelo tom muitas vezes provocativo e polêmico que as caracteriza, é importante não perder de vista que se trata de análises particularizadas, que não podem e não devem ser aplicadas indistintamente sobre novos objetos, fazendo-lhes assumir uma postura metodológica que lhes daria universalidade (MACHADO, 1979, p. XVI. Apud KANASHIRO, 2006).

A vigilância enquanto objeto de estudo engloba assim um conjunto de temas e objetos passíveis de investigação em que o monitoramento por câmeras é apenas um deles. Pesquisadores que se propõem a analisar seu uso podem fazê-lo com foco em aspectos diversos, partindo de diferentes perspectivas teóricas. Provavelmente um dos objetivos mais conhecidos - no meio acadêmico, mas principalmente fora dele - é aquele que pretende “medir” o impacto das câmeras de monitoramento.

Como frisamos na introdução deste trabalho, avaliar esse impacto não é uma tarefa simples de ser realizada. Algumas questões presentes na literatura especializada demonstram essa complexidade: Os CFTVs reduzem a ocorrência de crimes? Deslocam os crimes? Provocam o autocontrole? Ajudam a prender e a processar criminosos? Reduzem o medo do crime? A revisão feita por SPRIGGS e GILL (2005) sugere que não se pode responder com certeza a nenhuma delas. Em 2005 os autores divulgaram um relatório encomendado pelo *Home Office*⁹, avaliando treze sistemas de CFTVs em diversos locais na Inglaterra - regiões centrais, estacionamentos, hospitais e áreas residenciais. Essa pesquisa inclui ainda a realização de um *survey* para avaliar o impacto desses projetos no comportamento das pessoas, em especial quanto ao medo do crime. Dos treze sistemas avaliados, seis apresentaram redução nas ocorrências criminais, mas destes apenas dois são estatisticamente relevantes quando comparados com a área de controle da pesquisa. Além disso, em sete áreas analisadas a criminalidade aumentou. Segundo os autores os CFTVs são mais eficientes em locais com controle de acesso limitado, como entrada de estacionamentos e locais restritos. Os pesquisadores descobriram ainda que os entrevistados não se sentem seguros com as câmeras e a percebem como menos eficiente do que acreditavam quando estas foram implantadas

⁹ O *Home Office* é uma agência governamental inglesa responsável pela segurança e imigração.

Apesar dos resultados desanimadores sobre a utilização de CFTVs, os autores não questionam sua utilização, atribuindo sua ineficácia ao uso incorreto dos equipamentos, a um excesso de expectativas e às dificuldades operacionais de mensurar o fenômeno da redução de crimes.

Como não é nosso objetivo medir o impacto das câmeras de monitoramento em Farroupilha, cabe considerar aqui os estudos que objetivaram entender “o como” se dá a utilização do monitoramento eletrônico, em especial aos focados no tema do controle social.

Ao analisar a funcionalidade e a eficácia das câmeras de vigilância para o enfrentamento do crime em municípios gaúchos, GUIMARÃES (2006) questiona a utilização e os investimentos na vigilância eletrônica em vias públicas. Para o autor, as câmeras de vídeo são utilizadas no controle social através de um discurso que se apresenta como alternativo, mas, de fato, reproduziriam uma lógica tradicional que não tem correspondido para aquilo que se propõem. As câmeras teriam a função de auxiliar na visualização, registro e armazenamento de fatos ocorridos com o objetivo de retirar o anonimato da autoria. Com isso as câmeras produzem provas para a investigação policial e podem ser requeridas pela justiça. Quanto a eficácia, o autor afirma que os sistemas têm uma eficácia no emprego em locais restritos, sem grandes movimentos de pessoas, concluindo pela ineficácia dos sistemas em espaços públicos com grande fluxo de pessoas. Segundo Guimarães, o crescimento na implantação do monitoramento eletrônico pode ser explicado por dois fatores inter-relacionados:

O primeiro fator consiste na influência e na pressão da indústria da segurança que busca com muita vigor convencer governantes e governados que esta tecnologia avançada é a grande solução para a insegurança pública, com o único objetivo de vender a tecnologia. O segundo fator corresponde à forma tradicional e histórica de tratamento da criminalidade pelos nossos governantes, sustentada em interesses que transitam entre o secundário e o amador, nunca se estabelecendo um esforço efetivo de identificação das suas causas, para elaboração de políticas que estabelecessem relações com as mesmas (GUIMARÃES, 2006, p.14).

Em sua dissertação de mestrado Marta Kanashiro concebe a utilização de câmeras de monitoramento em espaços públicos como um dispositivo de funcionamento de poder. A autora estudou o caso da revalorização do centro de São Paulo e sua relação com a segurança na área da Estação da Luz, realizando entrevistas com empresários do setor de segurança e fazendo um levantamento de materiais publicitários, jornalísticos e proposições legais. Esse processo tem expulsado da área do parque figuras como vendedores ambulantes, meninos de

rua, prostitutas e usuários de drogas; promovendo aos poucos o desaparecimento e o esvaziamento do conflito neste local. Trata-se de uma política de extermínio menos custosa. Nesse sentido, a utilização de câmeras de segurança contribui para a revalorização do centro, pois torna o local mais seguro, trazendo “ares de modernidade”. Assim, novos usos e valores estão sendo atribuídos ao lugar, como representação de um projeto modernizador do centro, baseado em um grande fluxo de capitais. Segundo a autora:

As câmeras de monitoramento podem ser vislumbradas em sua conexão com a transformação da segurança em mercadoria, com o processo de minimização do Estado, com as mudanças no capitalismo, com a velocidade de avanço e obsolescência das tecnologias. [...] No processo de revalorização, as câmeras no Parque da Luz remetem a um agravante: a representação da tecnologia como ascensão à modernidade. A simples instalação de um artefato tecnológico (e da exaltação da “cultura”) pode trazer esses ares de modernidade, mesmo que esse projeto mantenha e aprofunde assimetrias e desigualdades. Essa “modernidade” que se quer alcançar, representada pela câmera instalada no parque, aparece regida pelo mercado. (KANASHIRO, 2006, p. 88):

Essa autora considera que a análise do monitoramento eletrônico deve ser feita para além da interpretação de um Panóptico eletrônico, pois entende que as câmeras fazem parte de outro regime de visibilidade, no qual o foco da vigilância sai do indivíduo – como acontecia nas sociedades disciplinares – e se direciona ao controle dos fluxos, numa interpretação que procura caracterizar as novas sociedades de controle.

Outros trabalhos analisam a questão das tecnologias no controle social problematizando principalmente o conceito de privacidade. Segundo alguns autores (Romero, 2007; Castro, 2007; Kim, 2004) a perda da privacidade seria o principal efeito negativo do uso dessas tecnologias. Outros estudos deslocam o problema da privacidade e enfocam a conformação de práticas discriminatórias realizadas por operadores de sistemas de vigilância sobre grupos ou categorias sócio-demográficas (NORRIS; ARMSTRONG, 1999; SAETNAN *et al*, 2004). Assim, a utilização de câmeras de monitoramento potencializaria a exclusão social de determinados grupos sociais.

Como ressaltam Norris e Armstrong (1999), as variações entre os sistemas de CFTVs e a diversidade dos objetivos que se pretendem alcançar tornam difícil considerar a utilização de CFTVs como um fenômeno unitário. Um bom exemplo dessa diversificação foi estudado por BOTELLO (2009), ao analisar a evolução de circuitos fechados de televisão e suas implicações ao controle social em dois municípios no México. Em um desses sistemas, as câmeras de monitoramento são acopladas de forma subordinada a um sistema mais amplo de

vigilância, auxiliando no controle de fluxos do trânsito e permitindo a observação de protestos. O sistema utilizado é analógico e as imagens gravadas em VHS, o que dificulta sua armazenagem em ampliar seu uso para fins de segurança pública. O sistema de outro município analisado adquiriu certa independência de suas funções de monitoramento de trânsito previstas primeiramente. Neste último caso, o sistema utilizado é digital, possibilitando seu armazenamento por um período maior, contribuindo assim para a produção de provas jurídicas.

A utilização de câmeras de vigilância em vias públicas apresenta outras vantagens e desvantagens ao exercício do ofício de polícia. Se compararmos com as funções exercidas no patrulhamento ostensivo, o monitoramento eletrônico apresenta vantagens por estender seu campo de visão e também pelo fato de estar ausente dos locais, diminuindo assim as mudanças comportamentais influenciadas pela presença física da polícia na rua. Por outro lado, outros elementos que ocorrem nas vias públicas não podem ser percebidos pelas câmeras, como sons, por exemplo; além disso, o operador não pode se comunicar e obter informações de transeuntes.

Outro fator que apresenta dificuldades ao monitoramento é o volume de informação captada por um número de câmeras que não para de crescer a cada ano. É para responder a esse desafio que foram desenvolvidos alguns *softwares* que “identificam” situações e comportamentos suspeitos, automatizando a operação da vigilância exercida pelo monitoramento por câmeras de vídeo. Essa automatização desloca a tomada de decisão – e seu conseqüente caráter político, nos quais muitas vezes preconceitos, estereótipos e práticas discriminatórias estão contemplados – para procedimentos técnicos automatizados.

3. CFTV e a Participação Social na Segurança Pública

O monitoramento eletrônico por CFTV em vias públicas do Brasil vem sendo impulsionado principalmente pelo investimento estatal, através de uma política que vem sendo implantada nos últimos anos. Atualmente o monitoramento eletrônico é uma política de governo, através de Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Dentre as muitas ações previstas pelo programa, há uma fundamental que visa à criação dos chamados Gabinetes de Gestão Integrados Municipais (GGI –M). Quando um município é contemplado com recursos federais desse programa, a criação do GGI no município é uma prerrogativa, que é efetivada legalmente através de um Convênio de Cooperação Federativa. O convênio prevê a implantação de sistemas de monitoramento eletrônico na estrutura desse gabinete, onde se encontra também o chamado *Observatório de Segurança Pública*, que tem as funções de organizar e analisar os dados relativos à violência e a criminalidade no município e monitorar as ações de segurança pública.

O investimento federal no monitoramento eletrônico tem se tornado expressivo no Rio Grande do Sul. Em 2009 foi assinado um convênio entre o Ministério da Justiça e prefeituras municipais que prevê um gasto de R\$ 15 milhões com a instalação de 200 câmeras de vigilância em vinte municípios no Vale do Caí.¹⁰ Mas se atualmente o monitoramento eletrônico em vias públicas é impulsionado principalmente pelo Estado, há poucos anos essa iniciativa foi conduzida principalmente através de parcerias entre organizações da sociedade civil e prefeituras municipais¹¹.

Em Porto Alegre a primeira experiência do monitoramento eletrônico em vias públicas se deu em novembro de 1997 com a implantação de duas câmeras na esquina democrática, centro da capital. A iniciativa teve caráter experimental, com duração de três meses. Em 2001, o projeto “Centro Seguro” da prefeitura municipal, sob o comando do antropólogo Luis Eduardo Soares, previu a instalação de 15 câmeras, dividindo os custos do projeto entre a prefeitura e empresários, dentro de uma discussão entre segurança e a “revitalização” do centro. Atualmente, além do centro da cidade outros seis bairros da capital contam com câmeras de monitoramento, num total de 44 câmeras instaladas e operadas pela SSP-RS. A expansão do monitoramento eletrônico para os bairros foi feita através de parcerias com algumas associações de moradores e empresários.

¹⁰ Sobre o projeto ver: http://www.diariodecanoas.com.br/site/noticias/geral.canal-8_ed-60.ct-946_cd-224540.htm

¹¹ Entre essas organizações da sociedade civil destacam-se notadamente aquelas ligadas aos empresários e lojistas.

Em Caxias do Sul, município onde o monitoramento eletrônico em vias públicas começou em 2003, a iniciativa partiu da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL. Nesta cidade também foi formada uma comissão para gerenciar o projeto e arrecadar os recursos necessários junto a lojistas, condomínios, bancos e grandes empresas beneficiadas com o monitoramento eletrônico.¹²

Em 2002, o mesmo processo ocorreu em Novo Hamburgo, município da região metropolitana de Porto Alegre. Segundo entrevista realizada com o consultor em segurança responsável pela implantação do projeto, a experiências de *shoppings centers* - locais geralmente reconhecidos como seguros - inspiraram a realização de muitos projetos.

Em Minas Gerais, a participação da CDL no campo da segurança pública foi expressiva também através do projeto *Olho Vivo*, implantado em Belo Horizonte em parceria com o governo estadual e a Prefeitura municipal no ano de 2004. O projeto consiste na instalação de 72 câmeras de monitoramento na região central do município.¹³

Na cidade de São Paulo, a participação da *Associação Viva o Centro* também foi fundamental para a inserção de câmeras de monitoramento no Parque da Luz, conforme demonstrou Kanashiro (2006). Sob a ótica da “revitalização” dos centros urbanos, essa organização da sociedade civil – formada basicamente por empresários - influenciou diretamente nos projetos que modificaram a região central da capital paulista.

A expansão na utilização de equipamentos de monitoramento eletrônico não se evidencia somente como prerrogativa de iniciativas públicas ou de “cidadãos de bem” preocupados com sua segurança. Sua utilização por organizações criminosas reflete a disseminação dessa estratégia de vigilância, embora com finalidades diversas. Entre 2006 e 2007, a polícia civil apreendeu equipamentos de monitoramento utilizados pelo tráfico de drogas em três localidades de Porto Alegre.¹⁴

A difusão do monitoramento eletrônico e sua incorporação no cotidiano da população também podem ser percebidas pela utilização cada vez mais freqüente na mídia de imagens geradas por esses sistemas, sejam elas em espaços públicos ou não. No Brasil, essa utilização

¹² Os estabelecimentos comerciais que não pagaram pela instalação de câmeras de vídeo foram ameaçados de ficar de fora do sistema de segurança. A *Comissão Pró-Segurança* Pública cogitou a hipótese de excluir esses estabelecimentos a partir da programação do software que gerencia as câmeras. A imagem desses estabelecimentos –a partir de uma foto- seria coberta por uma tarja preta, gerada automaticamente nas imagens captadas pelas câmeras. Apesar da ameaça essa medida não se concretizou. A esse respeito ver: “Câmeras seletivas”. Pioneiro, Caxias do Sul, 10 de janeiro 2004.

¹³ Sobre o projeto ver: <http://www.cdldbh.com.br/interna.aspx?fo=82>

¹⁴ Os informativos sobre as operações realizadas pela polícia civil em Porto Alegre podem ser obtidos em: <http://www.ssp.rs.gov.br/portal/principal.php?action=busca&tipo=noticias>

se dá principalmente através de telejornais, que amiúde obtém acesso às imagens e se valem delas para complementar a narração dos casos noticiados. Em países como os Estados Unidos e a Inglaterra, programa televisivos que dramatizam crimes reais se utilizam de imagens provenientes de CFTVs para contar seus casos. Nesses programas, nos quais muitas vezes mesclam-se as gravações de CFTVs e a dramatização encenada, o monitoramento eletrônico possui também outra utilidade, estreitando a relação entre vigilância e participação social. A despeito de um desses programas, o inglês *Crimewatch*, observa Alex Teixeira:

De várias maneiras o *Crimewatch* busca abrandar o paradoxo, diminuir o conflito entre a nostálgica comunidade imaginada e a moderna sociedade de cidadãos vigilantes co-responsáveis pela manutenção da ordem, marcada pela responsabilidade individual na qual é construído. Isso se reflete na opção pelo recurso à divulgação de imagens de câmeras de vigilância nos episódios como uma forma de adesão a um aspecto cultural anterior, ligado à vigilância de vizinhança inglesa. A despeito de toda a discussão que as câmeras de vigilância vêm gerando no mundo em termos do limite entre o espaço público e o privado, a idéia presente é de que embora as ferramentas tenham mudado, não mudou a necessidade do espírito da comunidade, isto é, as imagens das câmeras só perpetuam o princípio de garantia da boa vizinhança, mantendo um “olho vivo” (TEIXEIRA, 2008, p. 92).

O monitoramento eletrônico é apresentado nesses programas televisivos como um apelo a uma forma de vigilância legitimada e estabelecida culturalmente. A partir desse uso contribuem para a atualização de um comunitarismo perdido há algumas décadas. Nesses programas, a visão que se tem da vigilância é a de um instrumento da cidadania, posta em prática pela adesão da “comunidade”.

A conjunção vigilância e participação dá indícios de ter chegado ao ápice com o lançamento do *Internet Eyes*, um site que permitirá a internautas monitorar CFTVs na Grã-Bretanha. Estabelecimentos comerciais, prefeituras e a própria polícia poderá contratar um serviço em que internautas monitorarão as imagens de seu sistema de vigilância, com um custo equivalente a duzentos reais mensais. Os usuários do site poderão se cadastrar gratuitamente e monitorar pela internet até quatro câmeras, 24 horas por dia, sendo pagos por enviar imagens suspeita e pelos crimes detectados. Defensores dos direitos humanos consideraram a iniciativa como uma “privatização do Estado de vigilância” em que cidadãos observam cidadãos.¹⁵

¹⁵ “Site permitirá a internautas monitorar circuitos fechados de TV”. O Globo on line, 06 de outubro 2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/tecnologia/mat/2009/10/06/site-permitira-internautas-monitorar-circuitos-fechados-de-tv-767932261.asp>

No entanto, como observou FROIS (2007), a relação que alguns países europeus estabeleceram em relação aos processos de vigilância é ambígua. A lei portuguesa, por exemplo, não permite o registro audiovisual em espaços públicos, por considerar uma violação à integridade da pessoa. Ao mesmo tempo, neste país está sendo implantado o *Cartão do Cidadão*, um cartão único de identificação o qual armazenará formações pessoais em um *chip*. Algo semelhante ao cartão único de identificação não ocorre em países em que a vigilância eletrônica é amplamente difundida, como Grã-Bretanha e Estados Unidos.

No Brasil, uma importante tentativa de fomento a participação social na segurança pública – e sua conseqüente consolidação em política de Estado - foi empreendida pelo Ministério da Justiça este ano. Foram realizadas conferências em todos os estados, envolvendo a participação de organizações da sociedade civil, dos trabalhadores da segurança e de gestores públicos. Cada conferência culminou com a elaboração de um relatório com princípios e diretrizes – divididos em sete eixos ou temas - para uma política nacional de segurança pública. Os relatórios foram posteriormente compilados em um caderno de propostas, sendo discutido na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), realizada no mês de agosto deste ano em Brasília ¹⁶. No caderno de propostas - considerado pelo Ministério da Justiça como um “reflexo de uma fotografia com data marcada” - o tema da vigilância eletrônica esteve presente em três dos sete eixos de discussão.

No eixo que discutiu o financiamento e a gestão da política de segurança, as diretrizes de quarenta e duas conferências foram agrupadas na seguinte diretriz do caderno de propostas:

2.23 - Estabelecer mecanismos que permitam aos órgãos de segurança pública, nos três níveis governamentais, controlar, supervisionar e articular o funcionamento das empresas de segurança privada e de monitoramento eletrônico, estabelecendo uma agência reguladora para esse setor e promovendo o envolvimento da sociedade civil com essas questões. Além disso, implementar o Estatuto Nacional do Profissional em Segurança Privada e o Conselho Nacional de Segurança Privada; proibir que o gestor e trabalhador de segurança pública seja proprietário, administrador ou acionista de empresa de segurança privada, punindo exemplarmente quem infringir essa regra; criar a obrigatoriedade de que essas empresas repassem parte de seu faturamento ao Fundo Nacional de Segurança Pública, de no mínimo 5% de sua arrecadação anual.

¹⁶ As informações sobre a Conseg podem ser obtidas em: www.conseg.gov.br. O caderno de proposta, com os princípios e diretrizes elaborados nas conferências está disponível em: http://www.conseg.gov.br/images/itensEditorDeConteudo/documentos/pdfs/caderno_propostas.pdf

No eixo em que foram discutidas as diretrizes relacionadas à repressão qualificada da criminalidade, as diretrizes de cinquenta e sete conferências foram agrupadas na seguinte proposta:

4.7 - Investir, adotar, adquirir, expandir, legalizar e regulamentar nacionalmente o uso de tecnologias da informação voltadas à prevenção e repressão do crime por meio de vídeo-monitoramento, de acompanhamento remoto e de aplicação móvel, em áreas públicas, centros urbanos, áreas de grande vulnerabilidade social, com altas estatísticas criminais, assim como também com sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos e de peças produzidas nas investigações policiais.

No eixo em que foram discutidas as diretrizes para o sistema penitenciário, as diretrizes de sessenta conferências foram agrupadas na seguinte proposta:

6.5 - Fomentar o uso da tecnologia no sistema penitenciário, tornando obrigatórios e viáveis: a informatização dos cadastros prisionais; a implementação de tornozeleiras ou pulseiras eletrônicas em detentos e cumpridores de pena em regime aberto e semi-aberto; aquisição de maquinário com sensor de calor; uso de detector de metais e raios x; uso de videoconferência para audiências com presos de alta periculosidade e em regiões com dificuldade de escolta ou que comprometam a segurança da população; garantir o sistema de equipamento de proteção individual eficiente e sistema de comunicação interna via rádio; uso de bloqueadores de sinais de telefonia móvel; monitoramento eletrônico de todo o sistema prisional; uso de câmera de vídeo e do sistema de identificação visual de visitantes; aperfeiçoar a condução dos presos às audiências.

A partir dessas diretrizes elaboradas podem-se perceber as necessidades assinaladas no sentido de regulamentar o funcionamento das empresas de segurança privada e de monitoramento eletrônico e a necessidade de expansão de seu uso, tanto para a chamada “repressão qualificada da criminalidade” quanto para transformações na vigilância exercida sobre a população carcerária. É interessante notar que a participação da sociedade civil é mencionada na criação de uma agência para regular o setor da segurança privada e de monitoramento eletrônico; mas, por outro lado, faz-se necessário assinalar uma importante ausência nesse âmbito. Não é reivindicado a possibilidade de que a sociedade civil possa exercer um controle externo das práticas policiais, exigindo, por exemplo, que as viaturas oficiais estejam equipadas com câmeras para que registrem as abordagens policiais. Desse modo, a própria ação policial tornar-se-ia objeto de vigilância.¹⁷

¹⁷ Neste caso, o controle seria exercido pela polícia sobre si mesma, o que pode gerar um conflito de interesses em que a instituição poderia ser conivente com a violência policial. No entanto, a partir de denúncias ao Ministério Público, por exemplo, podem-se criar mecanismos para que essas imagens sejam investigadas pela justiça.

Um caso emblemático envolvendo o monitoramento eletrônico demonstra a necessidade do controle externo da atividade policial. Em junho de 2006, vereadores e jornalistas de Caxias do Sul receberam por email imagens captadas por uma câmera monitorada pela BM em que é possível perceber a agressão de um guarda municipal – com cargo de chefia - a uma mulher, conforme pode-se perceber nas imagens abaixo, extraídas da versão online de um jornal local ¹⁸.

Figura 1: Câmera capta agressão de guarda municipal em Caxias do Sul



Fonte: Jornal O Pioneiro.

O interessante deste caso é que os fatos ocorreram quatro meses antes da denúncia, que só foi possível porque houve o “vazamento” das imagens. Assim, ou não foi percebido pelo operador, ou o caso foi ocultado. Segundo infere-se da reportagem, a denúncia teria ocorrido em razão de conflitos entre chefias e comandados da Guarda Municipal.

Por fim, é importante salientar que a implementação do monitoramento eletrônico vem encontrando resistências em muitos países. Organizações como o *Privacy International Organization*, o *FiWatch*, o *Electronic Frontier Foundation* e o *New York Civil Liberties Union* são exemplos internacionais de grupos organizados que desenvolvem ações e estudos que denunciam a invasão da privacidade dos cidadãos. No Brasil organizações desse tipo não são comuns, mas algumas ações já podem ser percebidas em casos específicos.

¹⁸ “Vídeo mostra agressão”. O Pioneiro, Caxias do sul, 30 de junho 2006.

Um exemplo de resistência ao monitoramento eletrônico ocorreu no morro Santa Marta, no Rio de Janeiro. Em setembro deste ano moradores se mobilizaram contra a instalação de nove câmeras de monitoramento na favela, medida que compõe o projeto que implantou a Unidade de Policiamento Pacificadora. Com o *slogan* “Big Brother Santa Marta - a espiada que não vale um milhão” os moradores protestaram devido à falta de informações sobre o projeto e realizaram uma campanha para que os moradores se envolvessem nesta questão. O conteúdo dessa campanha e os vídeos gravados durante as reuniões foram divulgados na internet.¹⁹

¹⁹ “Moradores do Santa Marta reclamam de câmera big brother”. Estadão Online, 29 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,moradores-do-santa-marta-reclamam-de-camera-big-brother,442993,0.htm>. O blog em que estão disponíveis as manifestações dos moradores pode ser acessado em: http://visaodafavelabr.blogspot.com/2009_10_01_archive.html.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo discutiremos os resultados da pesquisa. Inicialmente descreveremos as circunstâncias em que foram implantadas as câmeras de monitoramento no município, bem como suas características técnicas e operacionais. Em seguida, realizaremos a análise das entrevistas feitas com os principais responsáveis pelo projeto.

4.1. A implementação do monitoramento em Farroupilha

Farroupilha situa-se na região da serra gaúcha, entre os municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves, e dista 110 Km da capital, Porto Alegre. Trata-se de um município com aproximadamente 60 mil habitantes (IBGE, Contagem da População, 2007), com uma formação histórica marcada pela imigração italiana, iniciada em 1875 com a chegada das primeiras famílias à localidade de Nova Milano. A economia do município é reconhecida regionalmente pela produção vitivinícola e como um pólo industrial, principalmente nos setores metal-mecânico e na produção de malhas. Com um PIB per capita de 18.193 reais (2006) a cidade vive um período de crescimento econômico e de migração acentuada.

Segundo o comandante do 36º Batalhão de Polícia Militar de Farroupilha²⁰, através de uma série de reuniões entre a BM, lojistas e presidentes de associações de moradores foram apresentados pela BM os benefícios desse tipo de monitoramento. A partir dessa exposição, uma conjunção de esforços dos lojistas, BM e da prefeitura municipal resultou na implementação do monitoramento eletrônico no município em 2005. O projeto ainda está em andamento e prevê a instalação de 16 câmeras de monitoramento.

O projeto entrou em operação através da criação da *Comissão Pró-Segurança de Farroupilha* em 2004. Nesse ano, a prefeitura municipal enviou representantes para conhecer o sistema do município de Novo Hamburgo e ver a viabilidade de sua participação no projeto. O Sindilojas, por sua vez, encabeçou a iniciativa e ficou a cargo de administrar o projeto e levantar os recursos necessários, tarefa realizada com o apoio de outras organizações que compõem a *Comissão Pró-Segurança*.

²⁰O 36º BPM é o batalhão responsável por coordenar as ações da BM em outros seis municípios: Antônio Prado, Flores da Cunha, Ipê, Nova Pádua, Nova Roma do Sul e São Marcos.

O protagonismo assumido pelo Sindilojas neste município, através da gestão do projeto de monitoramento e também de outras ações, passa por uma reformulação nos objetivos da organização. Como ressalta o atual presidente da organização:

No nosso estatuto diz que a principal atividade é a negociação sindical, entre comerciantes e comerciários, para que todo mundo fique em paz, todo mundo trabalhe em harmonia. Eu acho que as entidades hoje elas tem outras funções. E essa atividade ela tem uma função que nós julgamos importante, que é fazer com que a comunidade cresça mais em harmonia. Harmonia significa saúde, segurança, etc.

Observa-se assim uma expansão das funções assumidas pela entidade neste município; das negociações da categoria passa-se a atuar em áreas mais abrangentes, adentrando em um campo próprio da atuação governamental. O executivo municipal, por seu turno, vislumbra a parceria estabelecida como uma oportunidade de atuação na segurança pública do município sem envolver-se em questões burocráticas, o que conferiu ao projeto a possibilidade de ser executado com maior agilidade. Segundo o prefeito municipal em exercício à época:

A implementação disso, se achou melhor através da entidade, porque a entidade realmente abraçou essa causa. Hoje a legislação e a licitação... Tu nem sempre bota o equipamento melhor, as licitações são tudo... Sabe? Apresenta uma coisa, quando vem colocar é outra, até tu ficar discutindo isso vai um monte de tempo. A partir do momento que teve uma entidade que abraçou e colocou recursos, pra nós era mais interessante, mais fácil, mais ágil, menos burocrático.

O sistema de monitoramento eletrônico em Farroupilha conta atualmente com onze câmeras de vídeo tipo domo, oito localizadas na região central e três nas vias de acesso ao município. As câmeras operam com rotação horizontal de 360° e vertical de 180°, com capacidade de aproximação de imagem (*zoom*) de até 150 metros ²¹. As imagens são transmitidas 24 horas por dia, através de cabos de fibras ópticas, para a central de monitoramento localizada no 36º Batalhão de Polícia Militar.

O monitoramento das imagens é feito por policiais que para executarem esse trabalho assinam um termo de confidencialidade ²². Quatro operadores revezam-se operando o monitoramento em turnos de seis horas cada, sendo que, além destes quatro, somente outros três oficiais possuem acesso à sala de monitoramento. Um software gerencia as imagens

²¹ Em visita à sala de monitoramento constatou-se que a capacidade de aproximação das imagens é bem superior ao anunciado.

²² Através da portaria SJS N º 042 de 2005, no Rio Grande do Sul tornou-se obrigatório aos administradores e operadores das estações de monitoramento a assinatura do termo de confidencialidade.

captadas e realiza “rondas” programadas automaticamente, ou seja, os movimentos das câmeras seguem um itinerário diferenciado, focando as imagens de acordo com os objetivos que se pretende alcançar.

No caso de Farroupilha a ronda automática é realizada de uma forma durante o dia – focando principalmente estabelecimentos comerciais e bancos - e outra à noite, com o foco em estabelecimentos que funcionam nesse turno, como farmácias e pontos de táxi. A ronda automática é programada também para focar placas de automóveis quando esses entram em seu campo de visão em um local considerado estratégico, como esquinas de avenidas e sinaleiras. Sempre que considerar necessário, o operador pode assumir o controle da câmera e operá-la manualmente, podendo aproximar as imagens de acordo com a necessidade. O sistema em operação atualmente é analógico, o que demanda maior espaço de armazenamento das gravações. As gravações ficam armazenadas em *hard disk* por 30 dias, e o sistema não está integrado com outros sistemas de segurança ou bases de dados informatizadas.

A sala de monitoramento é composta por alguns computadores, um sistema de refrigeração, uma mesa de operação e onze monitores. Além desses equipamentos, a sala e o operador também são monitorados por uma câmera de um circuito interno do Batalhão. Ter um monitor de 17 polegadas para cada câmera em operação é uma característica que diferencia o sistema de Farroupilha da maioria dos sistemas em operação nos outros municípios. Geralmente o que ocorre é a concentração de imagens provenientes de várias câmeras em um único monitor, o que faz com que a qualidade das imagens disponíveis diminua, além de dificultar o trabalho do operador do sistema. Na Figura 2 abaixo, pode-se visualizar a sala de monitoramento e a disposição dos monitores e da mesa de comando.

Figura 2: Foto da sala de monitoramento no 36º Batalhão de Polícia Militar de Farroupilha.



Fonte: MOCOVI

São muitas as razões apresentadas para justificar a implementação do projeto. A Brigada Militar destaca que não foi o grande volume de crimes na cidade que o motivou, mas a ocorrência de assaltos a mão armada em estabelecimentos comerciais, um tipo de ocorrência considerada grave pela polícia por ser traumática para as vítimas. Outra razão destacada foi a questão da falta de provas. Segundo o comandante do 36º Batalhão de Polícia Militar, o monitoramento eletrônico é fundamental para a produção de provas, identificando os acusados em situações conflituosas. Em muitos casos, relata o comandante, percebia-se o medo das vítimas em reconhecer criminosos, com medo de retaliações, impedindo que os processos resultassem em encarceramento. Como a qualidade das imagens gravadas é de boa resolução e o sistema em operação não permite qualquer tipo de alteração nos horários dos registros, o monitoramento eletrônico é considerado muito eficiente para auxiliar nos processos de investigação.

A possibilidade de liberar alguns policiais para o patrulhamento ostensivo em locais não cobertos pelo monitoramento eletrônico também foi outra justificativa corrente. Já que o aumento no efetivo policial depende basicamente de recursos do Estado, a implantação de câmeras de segurança e a contratação de estagiários para realizar atividades burocráticas foram as formas encontradas pelas lideranças locais para contribuir para que se aumentasse a capacidade de ação do reduzido número de policiais.

A eficiência na redução de crimes é o principal benefício do monitoramento eletrônico apresentado na mídia local, a partir da divulgação dos dados pela BM ²³. Em julho de 2005, quando município contava com quatro câmeras em operação, um primeiro levantamento foi apresentado. Para o período compreendido entre 17 de março e 17 de julho, quando comparado com as ocorrências no mesmo período de 2004, os dados apontam para uma redução de 56% no centro e 38% nos bairros. ²⁴ Em 2006, as ocorrências de furto e roubo a pedestre, veículos e ao comércio apresentaram redução de 60% na área sob vigilância; nos bairros a redução foi de 45% ²⁵. A tabela a seguir demonstra como se deu essa redução em alguns crimes contra o patrimônio no biênio 2006 - 2007.

Tabela 1: Ocorrências de seis crimes contra o patrimônio em Farroupilha (2006-2007)

Crimes contra o Patrimônio	Ocorrências		Redução (%)
	2006	2007	
Furto qualificado	275	164	40,36
Furto simples	90	85	5,56
Furto de veículos	58	39	32,76
Roubo de veículos	65	35	46,15
Roubo	126	97	23,01
Dano	79	79	0

Fonte: Jornal O Informante ²⁶

Grande parte da redução anunciada é imputada ao monitoramento eletrônico, considerado um inibidor psicológico aos infratores, um eficaz instrumento de provas em tribunais e no reconhecimento de suspeitos. Em 2008, segundo estudo da BM, as ocorrências policiais continuaram reduzindo. De acordo com o comandante do 36º Batalhão:

Nós tivemos uma boa redução dos crimes. Na área vigiada foi em torno de 60%. Teve alguns até que deu 65% de redução. Em toda a cidade, a gente fez esse estudo, na área vigiada, quanto reduziu? 60 a 65%. Na área não vigiada, reduziu em torno de 40%. Em toda a área, quanto reduziu? 45%.

A eficiência do monitoramento eletrônico para a identificação de criminosos é posta

²³ Os dados a respeito das ocorrências criminais apresentados nesta pesquisa foram divulgados pela BM na imprensa. Não foi possível obter acesso ao estudo realizado pelo 36º Batalhão que tinha por objetivo mensurar a eficiência do monitoramento eletrônico no município.

²⁴ "Criminalidade reduzida". O Farroupilha, Farroupilha, 22 de Julho 2005. Segurança, p. 14.

²⁵ "Entrada da cidade é vigiada por câmera". O Farroupilha, Farroupilha, 1 de dezembro 2005. Segurança, p. 13.

²⁶ "Redução do crime em números". O Informante, Farroupilha, 12 de agosto 2008. Segurança, p. 06.

em xeque nos eventos em que não é possível captar as imagens da ocorrência. Como as câmeras operam a ronda automaticamente, nem sempre é possível ao operador perceber que algum crime está acontecendo. Fatores ambientais como o reflexo da luz solar, a inclinação acentuada de vias e a neblina também colocam empecilhos ao exercício e à eficácia do monitoramento. No caso de Farroupilha, devido sua localização geográfica em uma região serrana, é comum que boa parte do dia a cidade fique encoberta pela neblina, em especial durante o inverno. Além disso, o vento nessa região é muito forte, balançando os suportes em que estão as câmeras, interferindo assim na qualidade das imagens.

Um ano após a instalação das câmeras, a *Comissão Pró-Segurança* decidiu colocar *outdoors* nas principais vias de acesso ao município, comunicando que Farroupilha é uma cidade monitorada. Os proprietários dos terrenos em que se encontram os *outdoors* cederam o espaço gratuitamente, indicando assim outra frente de participação no projeto. Segundo os entrevistados, essa decisão foi tomada para que oferecesse uma sensação de segurança, informando à população e também para operar como um inibidor, alertando criminosos assim que chegam à cidade. Essa medida reforça o pensamento dominante de que o monitoramento eletrônico atua modificando comportamentos, gerando autocontrole. É a publicidade atuando como mecanismo de controle social, pelo menos é o que pretende seus idealizadores. O interessante desse caso de Farroupilha é que essa publicidade em torno do projeto não foi observada em nenhum outro município gaúcho em que há projetos similares, o que sugere tratar-se de uma peculiaridade local. Nas fotos abaixo, pode-se perceber a publicidade em torno do monitoramento em duas ocasiões distintas. A figura 2 retrata um *banner* colocado no local para avisar que ali seria instalada uma câmera²⁷. A figura 3 é uma foto tirada de um *outdoor* em uma das entradas da cidade.

²⁷ “Anunciada nova data”. O Pioneiro, Caxias do Sul, 25 de fevereiro 2005.

Figura 3: Cartaz anuncia local de instalação de câmera de monitoramento.



Fonte: Jornal O Pioneiro.

Figura 4: Foto de *outdoor* em uma das vias de acesso à Farroupilha.



Com o ensejo de aumentar a eficiência das câmeras, modificações na arquitetura urbana são constantemente reivindicadas. Em Farroupilha as reivindicações – principalmente do Mocovi e da BM- são para que a prefeitura melhore a iluminação pública e instale “quebra-molas”, de modo a fazer com que se reduza a velocidade de veículos em determinados pontos na área vigiada. Essa redução na velocidade facilitaria o reconhecimento

e a captura pelas câmeras de placas de automóveis com algum tipo de suspeição.

Na cidade vizinha, Caxias do Sul, uma verdadeira polêmica se estabeleceu no início de 2005, após uma série de incidentes em que as câmeras não captaram a ação de criminosos devido às obstruções ao campo de visibilidade das câmeras por árvores. A comissão que gerencia o projeto solicitou à prefeitura o corte de árvores na região central do município, o que gerou resistências de ambientalistas e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Após outros incidentes em que as câmeras deixaram de captar as imagens, as árvores foram finalmente retiradas.²⁸

Ao entrarem em operação, as câmeras de monitoramento passaram a auxiliar a atividade policial em Farroupilha ao permitir uma comunicação mais rápida entre os policiais que estão na rua e o comando, fornecendo subsídios visuais para o planejamento das ações e a transmissão de ordens. Outro benefício decorre da possibilidade de acompanhar em tempo real o desdobramento de ocorrências, como nos casos em que há fuga de suspeitos, por exemplo. Nos casos de acidentes e delitos de trânsito o mesmo se sucede, já que no município essas ocorrências também são atendidas pela BM.

Outra importante característica do monitoramento eletrônico em Farroupilha está relacionada ao direcionamento do olhar dos operadores do sistema. O questionamento feito por Norris e Armstrong (1999, p.117) a esse respeito é fundamental: diante de uma grande quantidade de imagens, objetos, acontecimentos e pessoas, de que forma os operadores desses sistemas direcionam seu olhar? Em outras palavras, a partir de quais critérios ocorre essa construção social da suspeição?²⁹ Quando indagado a esse respeito, o comandante do Batalhão define a situação da seguinte forma:

Vou te definir isso daí: o bandido... Tu pode se pintar de vermelho, de preto, o bandido sempre vai saber que tu és polícia. E o policial, o bandido pode se pintar de azul, o policial sempre vai saber que ele é bandido. Ele tem um estilo de caminhar, ele tem um jeito de ver, ele tem... É uma coisa que tu aprende desde o primeiro dia que tu entra pra instituição, a identificar esses comportamentos.

O direcionamento do olhar praticado pelos operadores em Farroupilha está de acordo com o previsto na Portaria SJS N° 042, já que em seu artigo 3° ela prescreve:

²⁸ “Segurança supera ecologia”. O Pioneiro, Caxias do Sul, 01 de fevereiro 2005. A polêmica gerada pode ser acompanhada nas edições dos dias 2, 5, 16 e 17 de fevereiro de 2005.

²⁹ É interessante notar que os autores realizaram 600 horas de trabalho de campo observando o trabalho de operadores desses sistemas de vigilância na Inglaterra. Infelizmente não foi possível realizar um trabalho de campo semelhante, observando mais atentamente o cotidiano dos operadores. As observações e os apontamentos que fazemos a esse respeito são limitados empiricamente, já que foi realizada apenas uma “visita” à sala de monitoramento e uma entrevista com o comandante do batalhão.

Art. 3º - O monitoramento de áreas públicas deverá observar os mesmos preceitos que o monitoramento público convencional desenvolvido pelos agentes de segurança pública tanto em suas atividades preventivas, quanto em suas atividades repressivas, devendo sua observação buscar manter a sensação coletiva de segurança das pessoas que circulam pela área monitorada. Portanto devem ser observadas quaisquer aglomerações de pessoas, distúrbios da ordem, situações ou movimentações suspeitas, em consonância com o disposto no artigo 240, § 2º e artigo 244, do Código de Processo Penal, o qual versa sobre o instituto da “fundada suspeita”.

Os operadores do sistema direcionam seu olhar e identificam situações suspeitas da mesma forma que o fazem em um patrulhamento ostensivo, aplicando aquilo que foram treinados para fazer. Identifica-se assim uma transposição daquilo que já é aprendido e praticado nas ruas para um novo ambiente gerado pelo emprego da tecnologia. Em uma pesquisa realizada em Curitiba (TREVISAN *et all*, 2009), os autores puderam identificar situações semelhantes às encontradas por Norris e Armstrong, observando alguns preconceitos e estereótipos formados pelos operadores.

O futuro próximo do monitoramento eletrônico em Farroupilha deve passar necessariamente por um aprimoramento do sistema e no aumento da extensão da vigilância neste município. As dificuldades geradas pela maior necessidade de armazenamento das gravações e pela obsolescência do sistema analógico levam os idealizadores do projeto a identificar novas necessidades. O anseio é por implementar um sistema digital, mais barato e eficiente, acompanhado da automatização de rotinas de identificação de irregularidades através da instalação de novos softwares. Esse novo recurso possibilitará, por exemplo, a identificação de placas de veículos roubados e até mesmo sua integração com bases de dados de órgãos como o Departamento Nacional de Trânsito – DETRAN³⁰.

Um sistema digital está em teste na sede do 36º Batalhão e se for aprovado, os recursos desse sistema será implementado no sistema que gerencia as câmeras de monitoramento nas vias públicas. Mas para que isso ocorra o sistema tem de deixar de ser analógico e novos investimentos serão necessários. A expansão da vigilância deve passar ainda pela implantação de câmeras em estabelecimentos comerciais, com possibilidade de acesso à distância pela polícia. Assim que a *Comissão Pró-Segurança* concluir a instalação das dezesseis câmeras previstas, há alguns indicativos de que o monitoramento por câmeras

³⁰ Para que essa integração com outras agências governamentais ocorra será necessária vontade política, consumada na assinatura de protocolos de cooperação entre as agências e a BM, o que ainda não existe.

será estendido aos bairros. No entanto, para que isso ocorra provavelmente os comerciantes e moradores dessas localidades deverão se mobilizar e contribuir financeiramente para a expansão do projeto. Como diz um dos entrevistados: “é um projeto que teve um início, está em desenvolvimento, mas não tem fim”.

4.2 As concepções de controle social

A instalação das câmeras de monitoramento em Farroupilha é uma iniciativa dentre muitas outras que podemos situar dentro de um campo de controle social no município. A Brigada Militar, juntamente com a prefeitura municipal e organizações da sociedade civil, desenvolvem uma série de atividades e projetos de prevenção à violência que devem ser descritos para que se tenham algumas informações a respeito da conjuntura em que foram instaladas as câmeras de monitoramento no município.

Para a realização das atividades e projetos de prevenção em Farroupilha é fundamental o papel desempenhado pelo MOCOVI, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1994³¹. De acordo com seu estatuto, o MOCOVI tem por finalidade:

- I. Colaborar com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, fornecendo aos órgãos existentes no Município, responsáveis pela segurança e manutenção da ordem pública, recursos e meios materiais necessários à consecução de suas atribuições;
- II. Promover palestras, conferências, seminários e campanhas educativas, com vistas a conscientizar a comunidade para os valores humanos capazes de neutralizar a violência;
- III. Integrar os Órgãos de Segurança entre si e com a comunidade;
- IV. Realizar ações e serviços em geral na área da assistência social;
- V. Desenvolver e promover ações destinadas à redução da demanda de drogas.

Tendo em vista a realização desses objetivos, essa organização arrecada recursos entre seus associados - pessoas físicas e jurídicas - e transfere os repasses da prefeitura municipal à BM, à Polícia Civil e aos Bombeiros, através da compra de equipamentos e investimento na estrutura física dessas instituições. Dentre esses investimentos, destaca-se a construção de casas e o pagamento de aluguéis para policiais que, devido ao alto custo de vida na região da serra e os baixos salários, têm dificuldades para lá se estabelecerem. É interessante notar que

³¹ Uma grande quantidade de material sobre a organização está disponível em: <http://www.mocovi.com.br>.

os policiais formados na serra gaúcha geralmente são naturais de outras regiões e a construção dessas casas visa assim incentivar a vinda de novos policiais para o município.

Os projetos de prevenção à violência realizados em parceria com a BM são variados, incluindo campanhas pela diminuição da violência no trânsito, concursos de frases e confecção de materiais educativos. Um grande esforço é realizado pelo MOCOVI e pela BM para a realização do Programa de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), um programa educativo realizado nas escolas. A experiência de Farroupilha nesse programa é referência no estado do Rio Grande do Sul, já que desde 2002 mais de nove mil crianças já participaram do programa.

Merecem destaque outros dois projetos em andamento no município. Nos últimos anos a BM vem implantando o policiamento comunitário, contando atualmente com cinco unidades, quatro nos distritos rurais e uma em um bairro urbano. As experiências de policiamento comunitário em algumas localidades têm dado resultados significativos, principalmente no que se refere ao relacionamento da BM com a população. Segundo o comandante do 36º Batalhão, ao iniciar as atividades de polícia comunitária, a BM busca desenvolver um trabalho de conscientização da população, almejando que essa população adquira o “conhecimento da sua potência como comunidade”, para que possa assim entender a filosofia de trabalho que está sendo praticada e participar ativamente dela.

Em 2008 teve início o projeto “Cidade Segura”, que prevê uma aproximação entre a BM e as associações de bairro através de reuniões mensais com o objetivo de prevenir os delitos nessas localidades. A campanha realizada através desse projeto busca a criação de um ambiente desfavorável ao cometimento de crimes, fomentando a participação ativa dos moradores na prevenção da violência através da ocupação de espaços, de mudanças comportamentais e da realização de denúncias. Essas iniciativas no âmbito do controle social local evidenciam uma tentativa de solidificar a interação entre a instituição Brigada Militar e organizações da sociedade civil, em especial o MOCOVI e o Sindilojas. Essa aproximação possibilitou a realização de uma diversidade de projetos e campanhas, sendo fundamental também para efetivar a proposta de implantar as câmeras.

As concepções de controle social dos entrevistados e dos demais responsáveis pela segurança no município apresentam-se de forma difusa, dependendo da posição ocupada pelo emissor e do contexto em que o discurso é produzido. Essas concepções ora podem ser classificadas como constituinte de um discurso orientado a um controle social democrático,

com o estímulo à participação social, ora se alinham aos posicionamentos que são característicos de uma concepção de controle social repressivo, enfatizando principalmente em ações que intensificam o controle e a repressão.

A necessidade de se pensar a segurança como um todo, ou seja, em toda sua amplitude e complexidade, está presente nos discursos dos entrevistados. A violência e a insegurança são percebidas como decorrência de nossas ações no âmbito da educação, saúde, família, assistência social, etc. A etiologia da violência é assim percebida enquanto conseqüência de outras dimensões da vida social. Por outro lado, há o reconhecimento de que não adianta somente pensar a segurança pública como uma questão local. O deslocamento da criminalidade para além das grandes cidades é percebido nos problemas relativos à segurança no município. Assim, as dificuldades encontradas no âmbito do controle social local decorrem em grande parte dessa migração da criminalidade. Em entrevista ao jornal *O Farroupilha*³², o comandante do 36º Batalhão expõe a situação:

[...] até mesmo o perfil do criminoso em Farroupilha é difícil de estabelecer. Aqui temos o crime de ocasião. O bandido sai de Caxias do Sul, passa por Farroupilha, enxerga a possibilidade de praticar um delito e comete. Outra questão é o crime planejado. O indivíduo sai de Caxias, pratica o assalto e retorna para sua cidade.

No debate realizado em março deste ano em uma rádio local, o presidente do MOCOVI se posiciona a respeito das dificuldades em manter o município livre da ação de criminosos que vem de fora. Segundo o presidente:

Se nós continuar (sic) pensando localmente, não tem jeito. Nós não vamos conseguir botar uma porteira nas trinta e poucas entradas da cidade que a gente tem. Que seria um sonho. Seria um sonho botar uma câmera e uma porteira em cada entrada da cidade, aí sim nós não teríamos os clientes de Caxias, de Bento, de Porto Alegre. (Áudio gravado e transcrito do debate realizado na Rádio Espaço FM em 21 de Março de 2009).

Nessa representação a respeito do uso das câmeras nas entradas do município é possível perceber similaridade com o que foi percebido por BOTELLO (2007) sobre a iniciativa de vigiar os limites das cidades, numa lógica que visa criar “bolhas” de segurança. No exemplo acima, essa “bolha” abrangeria todo o território do município, mas esse ideal dificilmente poderá ser alcançado, segundo o próprio presidente do MOCOVI.

³² “Prestamos um serviço eficiente”. *O Farroupilha*, Farroupilha, 18 de fevereiro 2005. Polícia, p.14.

Muitos dos projetos que citamos acima estão sendo implementados a partir da perspectiva de que a segurança deve ser pensada em sua amplitude. Todavia, a compreensão da violência e da segurança pública em toda sua complexidade não parece ser suficiente para resolver os atuais problemas de segurança no município. É principalmente a respeito desses problemas considerados mais urgentes que as concepções de controle social repressivo afloram. No debate realizado em março deste ano em uma rádio local, o presidente do MOCOVI expõe sua opinião a respeito de recentes acontecimentos envolvendo roubo à domicílios no município:

Eu vejo assim: na maioria dos casos, os bandidos têm dado muita sorte. Se acontecer mais casos e serem recebido à bala, com certeza não vão chegar metendo o pé na porta. Não chega a ser uma incitação a violência, né? Mas é uma questão de legítima defesa das pessoas de bem. Eu conheço vários bairros aí que adotaram [...] uma união interessante. Em caso de indivíduos e ações suspeitas, imediatamente dão tiros ou até foguetes pra avisar os demais vizinhos, né? E esses respondem que estão em alerta. Não é difícil as pessoas de bem ter armas, não é delegado? É uma questão de chegar lá, se registrar e conseguir. Porque os bandidos não vão bater na porta, ou na campainha e perguntar se o dono tá armado, ele vai meter o pé na porta. Então as pessoas que moram inclusive fora do centro, devem continuar a buscar seus confortos, belas residências, carros novos nas garagens; porém, sem cerca, com portão aberto... eu acho que um costume antigo que a gente tinha de bater palma pra avisar que a gente tava chegando, os bandidos não costumam fazer isso. Acho que nós temos que se organizar nesse sentido, de dizer que ali não é assim. A lei do desarmamento é pra quem? A quem beneficiou essa lei do desarmamento? Será que ninguém mais tem arma? Eu tenho certeza que a maioria das pessoas ainda tem armas. E bem guardadas. Então eu acho que é questão de sorte, o pé na porta vai durar pouco eu acho. Não estamos incitando à violência, lembrando que as pessoas de bem tem o legítimo direito... De legítima defesa. Isso é uma coisa mais do que antiga, né? (Áudio gravado e transcrito do debate realizado na Rádio Espaço FM em 21 de Março de 2009).

A segurança como qualidade de vida é outra concepção presente em todo o material empírico analisado. Segundo o presidente do sindilojas:

A comunidade como um todo, segura, ela é também melhor pra tudo. É melhor pra vir empresas, é melhor pra vir pessoas pra trabalhar, ela é melhor pro crescimento, ela é melhor pro lojista investir numa vitrine linda. Ele vai investir porque ele sabe que tem segurança.

No *folder* elaborado para ajudar na busca por contribuições dos empresários para o monitoramento eletrônico, o projeto é apresentado como um sistema que trará maior qualidade de vida ao município e maior qualidade no atendimento aos clientes:

Muito se investe em treinamento, equipamentos, estruturas e sistemas, os quais, juntos, compõem os conceitos modernos de relacionamento com os clientes. Busca-se

diferenciais que fundamentem nosso alto padrão de serviços. O cliente é atendido em ambientes perfumados, com cafezinho, jornal, e outras merecidas mordomias [...] No entanto, muitas vezes todo esse serviço de qualidade é prestado sob esquema de segurança com alarmes, chaves, cadeados, grades, cercas, estacionamentos protegidos, guardas.

Neste último excerto, é interessante perceber um argumento contrário às outras medidas e a utilização de aparatos de segurança que geralmente acompanham os projetos de monitoramento na iniciativa privada. Assim, o argumento utilizado percebe a utilização desses aparatos como um indicativo de que a insegurança atrapalha a qualidade dos serviços prestados.

4.3 Participação Social

Uma vez lançado o projeto de monitoramento em Farroupilha, a *Comissão Pró-Segurança* iniciou a busca dos recursos necessários. Os membros dessa comissão visitaram lojistas e empresários, apresentando o projeto e seus benefícios. Nos três primeiros meses do projeto, a comissão conseguiu levantar fundos para a instalação de quatro câmeras.

Conforme pode ser observado na tabela abaixo, a maior parte dos investimentos para o projeto foi realizado pela prefeitura, que até o mês de fevereiro de 2008 tinha arcado com aproximadamente 59% do custo, investindo R\$250 mil. Os 41 % restantes foram arrecadados com os empresários, que investiram R\$172.932 ³³.

Tabela 2: Relação de investimentos no projeto de monitoramento em Farroupilha segundo a fonte dos recursos, por ano.

Ano	Repasse da Prefeitura	Arrecadação de Contribuintes	Valor Investido
2008/fev	10.000	-	10.000
2007	60.000	13.990	73.990
2006	60.000	39.233	99.233
2005	120.000	118.552	238.552
2004	-	1.157	1.157
TOTAL	250.000	172.932	422.932

Fonte: MOCovi

³³ As informações a respeito das contribuições para o projeto estão divulgadas no site do MOCovi. Infelizmente essas informações abrangem os recursos destinados somente até o início de 2008.

Quase R\$173 mil certamente é um valor considerável para se arrecadar com o empresariado local. No entanto, contabilizando os montantes doados e que foram divulgados nos periódicos locais, pode-se chegar à conclusão que boa parte dos recursos estão limitados a uma quantidade reduzida de contribuintes. Além disso, houve uma considerável doação advinda da esfera política (R\$ 37 mil). Do total arrecadado até fevereiro de 2008, R\$114 mil (65,9%) foram arrecadados em oito doações, sendo que dessas oito: dois bancos doaram juntos R\$ 35 mil; a câmara de vereadores outros R\$ 35 mil; um deputado estadual R\$ 2 mil; o CDL doou R\$ 6 mil e outras três grandes empresas juntas doaram R\$ 33 mil.

Esses investimentos e a quantidade de colaboradores são restritos ao projeto de monitoramento, coordenado pela CDL. No entanto, é importante frisar que o MOCOVI conta ainda com cerca de cento e quarenta empresas - nos setores da indústria, comércio, serviços e profissionais liberais - que contribuem mensalmente para colaborar com a segurança pública do município.

Para além dos pedidos de contribuições, a população é chamada a participar ativamente de atividades e reuniões sobre segurança. A realização de duas audiências públicas sobre a segurança no município em menos de seis meses demonstra que a segurança pública está na ordem do dia na política local. A primeira delas, no final de 2008, realizou-se devido a um incidente ocorrido no município em novembro daquele ano. Um grupo fortemente armado assaltou duas agências bancárias ao mesmo tempo e tentou assaltar um carro forte que estava estacionado próximo às agências. Houve troca de tiros com os seguranças e o grupo levou uma *van* com mais de dez reféns³⁴. Esse acontecimento repercutiu nacionalmente e gerou grande comoção no município. Neste incidente, as câmeras pouco puderam ajudar no planejamento da reação policial, já que o grupo disparou contra a câmera e a inutilizou³⁵.

A segunda audiência pública sobre segurança foi realizada em abril deste ano, na câmara de vereadores. A iniciativa partiu do MOCOVI e teve por objetivo cobrar maior participação na segurança pública do município, em especial por parte da prefeitura – através de mais investimentos. Referências à insegurança e ao medo foram constantes nos discursos

³⁴ “Grupo armado ataca carro-forte e faz reféns em Farroupilha”. O Pioneiro, 06 nov. 2008. Segurança, p.

³⁵ Segundo entrevista realizada, os policiais puderam perceber nos poucos segundos que monitoraram o incidente foi que o grupo estava fortemente armado e que faziam um “escudo humano” com os reféns. Essa informação foi suficiente para que a BM agisse com maior cautela, até mesmo porque os bancos estão situados em uma das avenidas mais movimentadas da cidade.

pronunciados. Uma, em especial, refere-se às “ameaças semanais de um novo grande assalto no município”. Esse tipo de afirmação evidencia um apelo à participação que tem como fundamento a construção social do sentimento de insegurança da população. Apesar das iniciativas representarem um esforço por maior participação, na última audiência pôde-se observar queixas a respeito da apatia com que o tema vinha sendo tratado. Isso pode ser percebido pela presença reduzida do público à audiência. Foi aberto um espaço para que a população e organizações da sociedade civil pudessem se pronunciar, mas esse espaço não foi preenchido. Nos dias que se seguiram à audiência, representantes do MOCOVI voltaram à câmara para pressionar os vereadores, pois sentiram que a audiência não alcançou seu objetivo principal, ou seja, conseguir um compromisso assumido para aumentar os investimentos da prefeitura na segurança pública do município.

Em reuniões e eventos que discutem a segurança no município, a participação da sociedade pode ser considerada deficitária, especialmente daquela parcela que não é ligada às organizações que de alguma forma estão envolvidas com a segurança pública, como acontece com o MOCOVI e o Sindilojas. Em uma declaração do presidente do MOCOVI a respeito da participação de outras organizações nos eventos, pode-se perceber que estas não vêm participando ativamente. Segundo o presidente:

É uma sugestão até, um pedido às entidades fortes, sindicatos, associações, principalmente as que tem muitos associados, né? Eles poderiam pensar mais na comunidade como um todo, e aproveitar essa união pra melhorar a qualidade de vida. Às vezes as entidades tratam dos assuntos exclusivos do interesse da categoria, e a gente considera importante a participação das entidades, mesmo sendo apenas representativa a presença, principalmente quando a comunidade pretende ser representada por algum fato de grande clamor comunitário, né? Em eventos únicos e sem precedentes, às vezes a gente vê a falta de algumas comunidades e parece que cuidam só do seus restritos interesses, a gente sabe que não é isso, a gente sabe que eles tem outros programas mais amplos, mas as vezes tem essa falta da presença de uma representatividade maior. (Áudio gravado e transcrito do debate realizado na Rádio Espaço FM em 21 de Março de 2009).

Por outro lado, a participação das associações de moradores na segurança está sendo incentivada pela BM, em uma tentativa de estabelecer um bom relacionamento com a população e obter sua colaboração na prevenção e na realização de denúncias. Esse tipo de relacionamento está sendo buscado através do projeto “Cidade Segura”. Neste projeto, algumas das associações de moradores estão fazendo a divulgação de uma cartilha com orientações a respeito da segurança nos bairros e realizando reuniões mensais com a BM.

Ao mesmo tempo em que se exalta a participação ativa das “forças vivas da comunidade” em Farroupilha, a necessidade de uma parcela maior da população participar das ações e projetos na área da segurança pública municipal pôde ser percebida no material empírico analisado. Da mesma forma, a despeito da criação de um sentimento coletivo de insegurança, nos últimos anos os índices de criminalidade vêm diminuindo no município. Essa redução é atribuída ao eficiente trabalho realizado pela BM no município e pela participação ativa da comunidade, estimulada principalmente pela atuação incansável do MOCOVI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização desta pesquisa buscou-se compreender o processo de implementação de câmeras de monitoramento em Farroupilha-RS, observando o modo pelo qual o monitoramento eletrônico é utilizado no controle social formal deste município e as formas de participação social que ocorreram para sua efetivação. Ao buscar essa compreensão, problematizamos a produção de um consenso sobre os benefícios da utilização das câmeras de monitoramento, o que por si só gerou o estranhamento de todos os entrevistados.

Como se pôde observar, o processo de implementação de câmeras de monitoramento resultou da conjunção dos esforços de lojistas, em especial aqueles ligados ao Sindilojas, da BM – que detém um bom relacionamento com as organizações envolvidas no projeto - e da prefeitura municipal, que aprovou e investiu boa parte dos recursos.

Entre as razões apresentadas para justificar a implementação do projeto, foi possível perceber a existência de muitas delas: a possibilidade de identificar e coibir autores de roubos com armas de fogo em estabelecimentos comerciais, considerados traumáticos para as vítimas; a eficiência das imagens no auxílio em processos de investigação, principalmente através da produção de provas jurídicas; a eficiência na redução de crimes contra o patrimônio e a possibilidade de liberar alguns policiais para o patrulhamento ostensivo em locais não cobertos pelo monitoramento eletrônico.

A percepção de que o monitoramento eletrônico modifica o comportamento de criminosos através do autocontrole explicita-se nos discursos e principalmente pela iniciativa da instalação de *outdoors* nas entradas da cidade. Além de informar a população e a esta proporcionar uma possível sensação de segurança, a medida foi idealizada para atuar como um inibidor de transgressões, atuando como um instrumento de controle social visando afastar criminosos.

A respeito das modificações no controle social formal exercido pela polícia, verificou-se que as câmeras auxiliam a atividade policial em Farroupilha ao permitir uma comunicação mais rápida entre os policiais, fornecendo subsídios visuais para o planejamento das ações e a transmissão de ordens. Outro benefício decorre da possibilidade de acompanhar em tempo real o desdobramento de ocorrências, como nos casos em que há fuga de suspeitos, por exemplo. Além disso, as imagens auxiliam na identificação de suspeitos durante a investigação criminal, exercida principalmente pela polícia civil. Quanto à operação das câmeras, verificou-se a transposição daquilo que já é aprendido e praticado no policiamento ostensivo a um novo ambiente gerado pelo emprego da tecnologia. Observou-se ainda que

fatores ambientais - como o reflexo da luz solar, a inclinação acentuada das vias e a intensa neblina - colocam empecilhos ao exercício e à eficácia do monitoramento em Farroupilha.

Por outro lado, modificações na arquitetura urbana são constantemente reivindicadas como necessárias ao melhor desenvolvimento do trabalho da polícia. A continuidade do monitoramento em Farroupilha deve passar ainda por um aprimoramento do sistema, resultando no aumento da extensão da vigilância neste município.

As concepções de controle social presentes nos posicionamentos e discursos dos principais responsáveis pelo projeto se apresentaram de forma difusa, dependendo da posição ocupada pelo emissor e do contexto em que o discurso é produzido. Essas concepções ora podem ser classificadas como constituinte de um discurso orientado a um controle social democrático, com o estímulo à participação social, ora se alinham aos posicionamentos que são característicos de uma concepção de controle social repressivo, enfatizando principalmente em ações que intensificam o controle e a repressão. Embora todos os envolvidos reconheçam a complexidade dos elementos que envolvem as situações de violência, é principalmente a respeito de problemas pontuais que as concepções de controle social repressivo afloram. A hipótese de que as concepções de controle social dos principais responsáveis pelo monitoramento eletrônico em Farroupilha aproximam-se de um modelo repressivo foi confirmada pela ênfase dada às questões de eficiência e por posicionamentos pontuais. No entanto, deve-se ressaltar que essas concepções estão imersas em uma diversidade de posicionamentos que não devem ser considerados exclusivamente como repressivos.

A identificação de um padrão de delitos praticados por criminosos reincidentes que se deslocam de cidades maiores - principalmente Caxias do Sul - e a atuação do crime organizado especializado em roubo a bancos e carros fortes, geram um sentimento social de insegurança que é constantemente reificado nos discursos. A disposição das câmeras e dos *outdoors* nas entradas da cidade confirma a preocupação existente em afastar esse perigo. A utilização das câmeras é aqui interpretada enquanto uma adaptação prática que visa responder a uma experiência coletiva desse tipo específico de criminalidade vivenciada no município.

A despeito da valorização e da exaltação da participação da “comunidade”, verificou-se que sua participação no projeto não se deu de forma ampla. A maior parte dos recursos foram dispendidos pela prefeitura municipal e grande parte dos recursos arrecadados com os contribuintes tiveram origem em poucas doações, com um valor elevado. Além disso,

observou-se que na maior parte das vezes, quando a comunidade é acionada nos discursos analisados, espera-se dela a contribuição através de recursos e denúncias. À exceção dos esforços empreendidos pela BM com as associações de moradores, há poucos canais de participação e de construção coletiva de alternativas e de práticas emancipatórias no campo da segurança pública deste município.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004.
- ASSUMÇÃO, Lucínio Castelo; ALMEIDA, Roger de Oliveira. **Videomonitoramento**: solução tecnológica inovadora no campo do policiamento moderno. 2008. 120 f. Monografia (Pós-Graduação “Lato Sensu” em Gestão em Segurança Pública) - Centro de Pós-Graduação, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2008. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6064823/Videomonitoramento>> Acesso em: 10 jul. 2009.
- BOTELLO, Nelson Arteaga. Control social y vigilancia em México: Micro-gestión de riesgos. In: **Encontro da Associação LatinoAmericana de Sociologia**, XXVI, 2007, Guadalajara-México.CD-Room.
- _____. Vigilar y organizar la ciudad: circuitos cerrados de televisión em dos municipios de México. Disponível em: <http://www.seguridadpublicacide.org.mx/CIDE/Portal/Docs/pdfs/Seguridad_CCTV_5B_Nelson_Arteaga_Botello_5D_1.pdf>. Acesso em: 9 set. 2009.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.
- CASTRO, Gustavo Almeida Paolinelli. Política de segurança pública: o direito à intimidade na era da videovigilância. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, v. 2, p. 82-93, 2007.
- COHEN, Stanley. **Visions of Social Control**: crime punishment and classification. Cambridge: Polity Press, 1985.
- COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. In: **São Paulo em Perspectiva**, Jan./Mar. 2004, vol.18, n.1.
- DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzos**: escavando o futuro de Los Angeles. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993, p. 203-235.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. O que é um Dispositivo. In: **Michel Foucault Philosophe**. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11, janvier 1988. Trad. Ruy de Souza Dias e Helio Rebello, 2001.
- FERREIRA, Tércia Maria. Monitoramento eletrônico de logradouros públicos: a tecnologia a serviço da segurança pública. **REBESP**, Goiânia, n.1, v.1, p.1-5, jul./dez.2008. Disponível em: <<http://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/viewFile/72/27>>. Acesso em: 31 jul. 2009.
- FROIS, Catarina. Knowing me, Knowing you: a vigilância enquanto objeto de estudo etnográfico. **Ethnografeast**, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, setembro de 2007. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/ethnografeast/papers/catarina_frois.pdf>. Acesso em: 18 out. 2009.

- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. **História da sexualidade I, A vontade de saber** – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GARLAND, David. **La cultura del control**. Madrid: Gedisa, 2005.
- GUIMARÃES, Luiz A. Brenner. **Os Limites da Vigilância Eletrônica em Via Pública**: a experiência gaúcha. Disponível em: <<http://www.guayi.org.br/?area=16&item=152&pg>> Acesso em: 28 jul. 2009.
- JONES, Richard. **Digital Rule**: Punishment, Control and Technology. Punishment Society, 2000; 2; 5. Disponível em: <<http://pun.sagepub.com/cgi/content/abstract/2/1/5>>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- KANASHIRO, Marta Mourão. **Sorria, você está sendo filmado**: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. 124p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000379198>>. Acesso em: 25 nov. 2008.
- KIM, Mun-Cho. Surveillance Technology, Privacy and Social Control. **International Sociology**, vol 19, n.2, junho 2004.
- KOSKELA, Hille. 'Cam Era' – the contemporary urban Panopticon. **Surveillance & Society**, 1 (3): 2392-313, 2003.
- LYON, David. **El ojo eletrônico**: El auge de la sociedad de la vigilancia. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- MACHADO, Arlindo. "Máquinas de Vigiar". Dossiê Tecnologias, n. 7, **Revista USP**, set/nov, 1991.
- NORRIS, Clive; ARMSTRONG, Gary. **The maximum surveillance society**: the rise of CCTV. Oxford: Berg, 1999.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PASSETTI, Edson. Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 1, mar. 2004.
- _____. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PEGORARO, Juan. Teoría social, control social y seguridad: El nuevo escenario de los años 90. In: PAVARINI, Massimo; PEGORARO, Juan. **El control social en el fin del siglo**. Buenos Aires: UBA, 1995.

- ROMERO, Carlos A. Angeles. Autosegregación residencial y la videovigilância: um caso de estúdio. In: **ENCONTRO da Associação LatinoAmericana de Sociologia**, XXVI., 2007, Guadalajara-México.CD-Room.
- ROSS, Edward A. Social Control. **The American Journal of Sociology**. Volume 1, n. 5, março, 1896.
- _____. Social Control. XIII. The System of Social Control. **The American Journal of Sociology**, v. 3, n. 6, maio, 1898.
- SAETNAN, Ann Rudinow ; LOMELL, Heidi Mork ; CARSTEN, Wiecek. Controlling CCTV in Public Spaces: is privacy the (only) issue? Reflections on Norwegian and Danish observations. **Surveillance & Society**, 2(2/3): 396-414, 2004.
- SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e Visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas Discursvas e a produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 3-12, 2004.
- _____. As possibilidades das metodologias informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 5, 2001.
- _____. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.
- TEIXEIRA, Alex Niche. **A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2009.
- TREVISAN, Elisa; FIRMINO, Rodrigo José; JUNIOR, Almir de Moura. Olhos de vidro: observando os observadores no monitoramento de espaços públicos em Curitiba, Brasil. In: **Vigilância, segurança e controle social**. ISSN 2175-9596. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/ssscla/papers/SessaoB_A42_pp134-152.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2009.
- ZEDNER, Lúcia. Controle Social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

APÊNDICE

Lista de nós de codificação utilizados no NVIVO

Categoria principal	Descrição	Sub-nós
Câmeras	Conjunto de discursos sobre as câmeras de monitoramento	Critérios de instalação
		Deslocamento do crime
		Doações
		Eficiência das câmeras
		Imagens como provas
		Iniciativa da implementação
		Justificativas
		Necessidades para as câmeras
		Operação (trabalho policial)
Concepções de Controle Social	Representações sobre os modos de atuação no campo da segurança pública	Repressivo (Hard)
		Democrático (Soft)
Participação	Discursos sobre a participação social na segurança pública	Papel do município
		Participação da sociedade
		Participação dos lojistas
		Interesse em participar
		Investimentos em Segurança
MOCovi	Conjunto de discursos sobre o Mocovi	Atuação do Mocovi
		Investimentos do Mocovi
		Necessidades do Mocovi
		Representações sobre o MOCovi
Comunidade	Representações sobre o que se entende por comunidade	



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Promotoria de Justiça de General Câmara

Vara Judicial de General Câmara

Processo 09910700003251

Ação Civil Pública

Parte autora: **Ministério Público**

Parte ré: José Luiz Martins Júnior

PROMOÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meritíssimo(a) Juiz(a):

Em atendimento ao questionamento trazida na certidão da fl. 1.179 dos autos, o Ministério Público vem informar que pretende seja procedida à expropriação na forma prevista no artigo 825, inciso II, do Código de Processo Civil.

Outrossim, considerando que os esclarecimentos prestados pelo Município de General Câmara foram realizados a contento, além da necessidade de emissão de empenho, o Ministério Público, por seu agente, manifesta-se pela liberação dos valores para execução do projeto, ressalvada a necessidade de subsequente prestação de contas, sob pena de responsabilização pessoal.

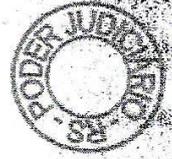
General Câmara, 17 de abril de 2019.

Thomaz de La Rosa,

Promotor de Justiça.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



099/1.07.0000325-1 (CNJ:.0003251-20.2007.8.21.0099)

Vistos, etc.

1) Nomeio o leiloeiro Sr. Sérgio Scholante para realizar a alienação do bem.

Intime-se para dizer se aceita o encargo e declinar a pretensão de honorários, no prazo de 15 dias.

2) De outra parte, com relação à promoção ministerial da fl. 118, parte final, considerando a lisura dos esclarecimentos prestados pelo Município de General Câmara, a correção do projeto apresentado, bem como a necessidade de emissão do empenho pela administração junto ao legislativo, determino a intimação do Município para que informe o número da conta na qual será realizada a transferência eletrônica, com a maior brevidade possível.

Com a informação, expeça-se alvará eletrônico no valor de R\$ 108.100,00 (cento e oito mil e cem reais), valor aproximado do projeto (fl. 1141), com a subsequente prestação de contas, sob pena de responsabilização pessoal.

D. L.

General Câmara, 18/04/2019.

Alexandre Rivaldo Scarparo Silveira,
Juiz de Direito.

Número Verificador: 0991070000325109920197598

099/1.07.0000325-1 (CNJ:.0003251-20.2007.8.21.0099)